


**HERANÇA COLONIAL, INDUSTRIALIZAÇÃO E RETROCESSO: ETAPAS DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

**COLONIAL HERITAGE, INDUSTRIALIZATION AND RESET: STAGES OF
BRAZILIAN ECONOMIC DEVELOPMENT**

**PATRIMONIO COLONIAL, INDUSTRIALIZACIÓN Y REINICIO: ETAPAS DEL
DESARROLLO ECONÓMICO BRASILEÑO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-163>

Data de submissão: 15/07/2025

Data de publicação: 15/08/2025

Hélio Braga Filho

Doutor em Serviço Social

Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP)

E-mail: hgp@com4.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3389092594148355>

Jonatan Pousa

Mestre em Desenvolvimento Regional

Instituição: Centro Universitário Municipal de Franca (UNIFACEF)

E-mail: pousa.jonatan@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5468185464182655>

Janete Carla Oliveira

Mestre em Desenvolvimento Regional

Instituição: Centro Universitário Municipal de Franca (UNIFACEF)

E-mail: janetecod@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4723254943193684>

RESUMO

No período compreendido entre seu descobrimento no século XV até a terceira década do século XX (1930), a economia brasileira preservou a sua inserção no comércio internacional como produtora especializada em mercadorias oriundas da agricultura. De 1930 até o final dos anos de 1970, a estrutura produtiva brasileira modificou-se substancialmente em virtude da sua industrialização. Após um decênio (1980) de instabilidade, estagnação e inflação persistente, a economia do país ainda enfrentou no início da década de 1990 um período de hiperinflação, cuja terapia de enfrentamento culminou com a implementação de um plano de estabilização macroeconômica orto-heterodoxo, que coetâneo a uma abertura comercial mais intensa arrastaram, especialmente a indústria de transformação na direção de um protuso processo de reestruturação produtiva. doravante, a conjugação de uma ordem diversa de fatores contribuiu para uma cadente redução da participação da IT no PIB nacional como também a reprimarização das exportações. O objetivo do artigo foi realizar uma retrospectiva histórica do desenvolvimento econômico brasileiro e a influência exercida pelo seu passado colonial. Quanto à metodologia da pesquisa, referimo-nos à modalidade histórica-descritiva acrescida de dados estatísticos secundários obtidos mediante consulta aos sítios nacionais e estrangeiros. A pesquisa quantitativa apoiou-se no emprego de dados brutos, i.é., não se submeteram a nenhum tratamento estatístico. Diante das argumentações e dos fatos apresentados verificamos que

o desenvolvimento econômico brasileiro se caracteriza por descrever um movimento pendular pois, ora avança, ora retrocede.

Palavras-chave: Herança Colonial. Mudanças Estruturais. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

From its discovery in the 15th century until the third decade of the 20th century (1930), the Brazilian economy maintained its position in international trade as a specialized producer of agricultural goods. From 1930 to the late 1970s, Brazil's productive structure underwent substantial changes due to its industrialization. After a decade (1980) of instability, stagnation, and persistent inflation, the country's economy faced a period of hyperinflation in the early 1990s. This response culminated in the implementation of an orthodox macroeconomic stabilization plan. This, coupled with a more intense trade liberalization, led, especially in the manufacturing industry, toward a protracted process of productive restructuring. From then on, a combination of diverse factors contributed to a declining share of IT in the national GDP, as well as the reprimarization of exports. The objective of this article was to provide a historical retrospective of Brazilian economic development and the influence of its colonial past. Regarding the research methodology, we used a historical-descriptive approach supplemented by secondary statistical data obtained through consultation with national and international websites. The quantitative research relied on raw data, meaning it was not subjected to any statistical processing. Based on the arguments and facts presented, we found that Brazilian economic development is characterized by a pendulum-like movement, sometimes advancing, sometimes retreating.

Keywords: Colonial Heritage. Structural Changes. Economic Development.

RESUMEN

Desde su descubrimiento en el siglo XV hasta la tercera década del siglo XX (1930), la economía brasileña mantuvo su posición en el comercio internacional como productora especializada de bienes agrícolas. Desde 1930 hasta finales de la década de 1970, la estructura productiva de Brasil experimentó cambios sustanciales debido a su industrialización. Tras una década (1980) de inestabilidad, estancamiento e inflación persistente, la economía del país enfrentó un período de hiperinflación a principios de la década de 1990. Esta respuesta culminó con la implementación de un plan ortodoxo de estabilización macroeconómica. Esto, sumado a una liberalización comercial más intensa, condujo, especialmente en la industria manufacturera, a un prolongado proceso de reestructuración productiva. A partir de entonces, una combinación de diversos factores contribuyó a la disminución de la participación de la tecnología de la información en el PIB nacional, así como a la reprimarización de las exportaciones. El objetivo de este artículo fue ofrecer una retrospectiva histórica del desarrollo económico brasileño y la influencia de su pasado colonial. En cuanto a la metodología de investigación, utilizamos un enfoque histórico-descriptivo complementado con datos estadísticos secundarios obtenidos mediante la consulta de sitios web nacionales e internacionales. La investigación cuantitativa se basó en datos brutos, es decir, no se sometió a ningún procesamiento estadístico. Con base en los argumentos y hechos presentados, concluimos que el desarrollo económico brasileño se caracteriza por un movimiento pendular, con altibajos.

Palabras clave: Patrimonio Colonial. Cambios Estructurales. Desarrollo Económico.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo foi realizar uma retrospectiva histórica do desenvolvimento econômico brasileiro e a influência exercida pelo seu passado colonial.

No período compreendido entre o seu descobrimento no século XV até a terceira década do século XX (1930), a economia brasileira, preservou a sua inserção no comércio internacional como produtora especializada em mercadorias oriundas da agricultura, além do que, somente no início do século XIX (1808), D. João, então Príncipe Regente de Portugal, assinou um documento cujo teor quebrou o monopólio da coroa no comércio brasileiro. Por sua vez, a pauta exportadora brasileira até o início da década de 1940, era composta, predominantemente de produtos primários muito embora, já existisse no país, incipientemente a atividade manufatureira, a qual, por sua vez era altamente concentrada em subsetores classificados como industriais tradicionais. No entanto, à medida que modernização da economia plasmada na sua industrialização ganhava densidade, a estrutura das indústrias de transformação também se modificava gradualmente, tendo em vista que, enquanto a participação das indústrias tradicionais no Valor da Produção Industrial diminuía, em sentido oposto, aumentava a contribuição das indústrias denominadas dinâmicas. Ao mesmo tempo, dotado de um parque industrial amplo e diversificado, a produção de diferentes categorias de bens, não apenas contribuiu com o aumento da oferta doméstica das mesmas, como também, proporcionou, simultaneamente, a expansão dos manufaturados nas exportações e a redução das importações. Entretanto, após a economia em geral, juntamente com a indústria de transformação beneficiarem-se de um ciclo de crescimento econômico a elevadas taxas na década de 1970, ambas na década seguinte (1980) mergulharam numa conjuntura econômica matizada pela inflação associada à estagnação. Ao iniciar a última década do século XX, logo de início, a economia fora severamente castigada pela hiperinflação, cujo tratamento exigiu terapia agressiva ao ponto de sacrificar o crescimento da economia, aumentar o desemprego, desequilibrar as contas externas, ampliar a dívida interna do governo central e aumentar a taxa de juros. Coetâneo a essas ocorrências, acrescenta-se o fato do governo liberal de FHC além de ter adotado medidas suscetíveis de reduzir drasticamente a inflação, incluiu em seu programa certas recomendações feitas pelo Consenso de Washington tais como maior disciplina fiscal, liberalização comercial e financeira, taxa de câmbio competitiva, privatizações entre outras. Doravante, mudanças importantes aconteceram na economia do país, como aumento da sua participação na corrente de comércio mundial embora, ainda muito pequena, expressivo aumento das reservas cambiais, redução da pobreza, etc., porém, sofreu alguns infortúnios como o aumento da dívida interna pública do governo central, progressiva redução da participação da indústria de transformação no PIB nacional e no Valor Adicionado da manufatura mundial, significativo

encolhimento da contribuição dos produtos industrializados, principalmente aqueles de maior conteúdo tecnológico nas exportações. Com isso, após décadas de ampliação da participação dos manufaturados na pauta de produtos destinados ao comércio exterior, constatou-se mais recentemente a retomada dos produtos primários (reprimarização) em detrimento dos primeiros. Sendo assim, o artigo propõe como objetivo examinar as conquistas e os insucessos do desenvolvimento econômico brasileiro. Para tanto, recorreremos ao emprego de bibliografia pertinente, como inclusive, documento que retratou aspectos relacionados à inserção do Comércio Exterior brasileiro desde o período colonial até a época mais recente. Desse modo, referimo-nos a uma pesquisa histórica-descritiva acrescida de dados estatísticos secundários obtidos mediante consulta a sítios nacionais e estrangeiros que disponibilizam os mesmos. Optamos por essa abordagem por entendermos que certos aspectos do desenvolvimento econômico brasileiro ora caracteriza-se por movimentar-se linearmente ora de forma circular. O artigo em sua composição foi dividido em cinco seções incluindo a introdução. Na segunda sessão procuramos explicar quais foram os procedimentos adotados na elaboração do presente trabalho. Em seguida, ainda que, sem o requerido aprofundamento, resgatamos através de fatos históricos aspectos da inserção da economia brasileira no período vigente do pacto colonial, sobretudo da sua subordinação à coroa portuguesa. Na quarta seção, abordamos as mudanças ocorridas em decorrência do rompimento com o modelo agroexportador e a modernização da economia brasileira através da sua industrialização e, em sequência, procuramos destacar o movimento de retrocesso decorrente da expressiva redução da participação da indústria de transformação no PIB, no Valor Adicionado da manufatura mundial, incluindo a contribuição dos produtos industriais na composição das exportações brasileira que diminuiram devido ao avanço dos produtos básicos sinalizando para a reprimarização das exportações. Finalizando o trabalho, tecemos, ainda que, provisoriamente, as nossas considerações.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O artigo teve como escopo examinar aspectos do desenvolvimento econômico brasileiro numa perspectiva histórica, tendo em vista, a influência exercida até hoje pela sua herança colonial.

A compreensão dos fenômenos sociais dos nossos dias e a relação entre países pobres e ricos, a situação econômica do Brasil, o lugar do Nordeste no crescimento do País depende do conhecimento que se tenha do passado. Assim, os acontecimentos atuais só tem significado com relação ao contexto dos fatos passados do quais surgiram. [...], descreve-se o desenvolvimento de um acontecimento através do tempo [...] (RICHARDSON [et al], 1999, p.245).

É oportuno atestar que o desenvolvimento econômico brasileiro, não fora diretamente influenciado em larga medida somente pelos ciclos econômicos, mas, também e, principalmente, pelo seu passado colonial marcado pela sua situação de subordinação e dependência. Assim sendo, pelo fato de atribuímos ênfase ao caso específico do Brasil e suas peculiaridades, entendermos que a presente contribuição se enquadre no método indutivo, posto que:

[...] parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. [...] De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de um número de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade (GIL, 1990, p.23).

Muito embora a CEPAL tenha elaborado um diagnóstico- na década de 1940- relacionado aos óbices do desenvolvimento da América Latina, admitimos que mesmo assim, dada a heterogeneidade étnica, cultural, geográfica, política, social econômica etc., dos países que compõem o continente, cabe-nos ter que levar em conta as particularidades, principalmente pelo fato do Brasil superar em extensão territorial e população os demais países latino-americanos.

Juntamente com a abordagem histórica, a pesquisa caracteriza-se quanto ao seu intrínseco nível àquele classificado como pesquisa descritiva, ou ainda, o método de procedimento histórico: “Busca em eventos passados as explicações para acontecimentos atuais, remontado fatos e acontecimentos que podem influenciar processos atuais” (SAMPAIO, 2022, p.20)

Quanto ao nível, admitimos enquadrá-lo como sendo o descritivo, pois:

[...] pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. [...]. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (GIL, 2006, p. 44).

Ocorre que, nossa pretensão, foi examinar o desenvolvimento econômico brasileiro numa perspectiva histórica com ênfase em seu processo de industrialização e, procurar compreender o que pode ter ocorrido com a sua indústria manufatureira em termos de perda de participação no PIB nacional, no Valor Adicionado Bruto (VAB) da manufatura mundial, como também na composição das exportações do país. Recorremos à abordagem histórica pelo fato de admitirmos a noção de que, o desenvolvimento econômico de país, possa ser interpretado como sendo, segundo as visões filosóficas grega e cristã de tempo, um movimento alternado entre circular e linear.

O grego considerava o movimento e o devir como graus inferiores da realidade. O movimento circular, por sua vez, asseguraria a manutenção das mesmas coisas por meio da repetição e do seu contínuo retorno e seria a expressão mais perfeita da imobilidade. [...] Enquanto a representação do tempo que predominou na Antiguidade foi circular, a imagem que guiou a conceitualização cristã de tempo foi o de uma linha reta (SILVA, 2015, p. 263).

No caso brasileiro, após romper com a longa permanência da economia sob a tutela de modelo agroexportador e, dar impulso à sua modernização a através da industrialização, o país, além de ter transitado do modelo de dependência clássica para o modelo de desenvolvimento dependente, iniciou após a década de 1980, um movimento de redução contínuo e precoce de diminuição da participação da indústria de transformação no PIB, como também dos produtos industriais nas exportações. Adita-se ainda ao processo de construção de artigo, que o mesmo, juntamente com a pesquisa bibliográfica, contou também com a contribuição de um variado conjunto de dados estatísticos secundários extraídos de fontes de pesquisa nacionais e estrangeiras, caracterizando dessa forma a opção pela modalidade da pesquisa quantitativa.

A pesquisa quantitativa tem como principal característica a unicidade da forma de coleta e tratamento dos dados. Para isso, necessita coletar conjunto de informações comparáveis e obtidas para um mesmo conjunto de unidades de informações observáveis. Em geral, essas unidades são os indivíduos, mas podem ser também instituições, empresas, cidades, entre outras, sempre a depender de problemas de pesquisa investigados (LIMA, 2016, p. 16).

As informações de natureza quantitativa basearam-se na utilização de indicadores relacionados à população PIB, comércio exterior, índices pertinentes a preços, inflação, atividade industrial, especialmente da indústria de transformação, desemprego, entre outros.

A primeira seção do artigo abordou, ainda que, resumidamente, certas ocorrências concernentes ao período colonial no qual o Brasil submeteu-se ao domínio da coroa portuguesa, como inclusive outras questões de natureza econômica, para as quais, recorreremos às contribuições de autores renomados como Smith (2003); Dobb (1987); Souza (2005); Steindl (1980), Camargo Neto (2001); Sandroni (2006), Menezes (2010), Abreu (2017), Avakov (2015), Brum (1995) & Baer (1988), os quais proporcionaram também um panorama histórico da inserção de outras nações, principalmente europeias no comércio internacional no mencionado período.

Na sequência, procuramos enfatizar sem o devido aprofundamento argumentos relacionados ao desenvolvimento econômico acrescido das transformações vivenciadas pelo país através de seu rompimento com o modelo agroexportador em favor da sua modernização via industrialização. Para explicar estas questões optamos por aludir a autores como Rosenstein-Rodan (1943), Kuznets (1983), Baer (1988), Sandroni (2006); Souza (2005); Baran' (1984), Evans (1982); Nurkse (1951). Ribeiro (2015). Menezes (2010), Furtado (1996, 1998); Feijó Lamônica (2009), Pinto (2000); Chenery

(1960), Douglas (1941); Clark (1940); Furtado (2000), Sallum Jr (1999); Cardoso de Mello (2016), Trindade S Oliveira (2017). Quanto às informações quantitativas baseamo-nos em diversas fontes nacionais como IBGE, IPEADATA, MDIC, BACEN, MCT como estrangeiras UNSD, FMI, UNIDO.

2.1 A ECONOMIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO PACTO COLONIAL

A Primeira Revolução Industrial gestada na Inglaterra no século XVIII sob a liderança da indústria têxtil, fundou o capitalismo industrial, ou, o sistema econômico capitalista.

Além disso, a nova modalidade de produção não só rompeu com o método anterior, o artesanato, como também, introduziu uma nova e mais ampla divisão social e técnica do trabalho, a qual, por sua vez, baseava - se na especialização, que era, por conseguinte limitada pela amplitude do mercado.

Como é o poder de troca que origina a divisão de trabalho, a extensão dessa divisão deve ser sempre limitada pela extensão de poder, ou, em outras palavras, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém encontra estímulo para dedicar-se exclusivamente a uma atividade, uma vez que não haverá a possibilidade de trocar todo o excedente de produção de trabalho que supera o próprio consumo pelo excedente de produção de trabalho de outros homens de que tenha necessidade (SMITH, 2003, p. 23).

Sendo assim, constatamos quão é influenciada a divisão de trabalho baseada na especialização pelo tamanho do mercado, motivo pelo qual, a Inglaterra para escoar o seu excedente de produção exigia mercados amplos e/ou crescentes.

Na época da Revolução Industrial, no entanto, a indústria britânica requeria não só um mercado crescente para seus produtos, caso o campo de investimentos nas formas mais novas de produção não devessem ser muito restritas, mas também um suprimento crescente de matérias-primas (muitas das quais vinham de fora, principalmente o algodão, bem como um suplemento barato de gêneros alimentícios como subsistência para seu exército de trabalhadores assalariados (DOBB, 1987, p.197).

Podemos então admitir que mercados restritos, além de limitarem a acumulação de capital inibem a conversão de excedente econômico em investimento, isto é, no aumento do estoque de capital produtivo, que, por seu turno aumenta a capacidade de oferta da economia, mesmo porque, pode-se chegar à situação denominada de “estado estacionário”.

No longo prazo, isto é, no estado estacionário, o equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho implicará a igualdade entre os salários de mercado e os de subsistência. A demanda de trabalho, L_d , varia em proporção da acumulação de capital, dk , no período $dL/dt = g dk/dt$ [...]. Quanto maior o ritmo de acumulação de capital, mais altos serão a demanda de trabalho e os salários nominais de mercado e (SOUZA, 2005, p.72)

Diante dessa assertiva fica implícita a significância da extensão do mercado para a acumulação de capital, admitindo por suposto, que quanto maior o excedente econômico maior será a proporção da mesma convertida em aumento do estoque de capital, isto é, em investimento, logo na ampliação da capacidade oferta.

Entretanto, cabe-nos enfatizar que:

O aparecimento de inovações, segundo Kalecki estimula o investimento, de tal maneira que produz uma tendência secular. Em outras palavras, a tendência inerente ao capitalismo de voltar a um estado estacionário devido ao subconsumo, é superada pelos efeitos atuantes da contínua mudança técnica (STEINDL, 1980, p.55)

Reafirma-se que os pioneiros da Primeira e da Segunda Revolução Industrial foram, anteriormente, deveras beneficiados no período do Capitalismo Mercantil tendo em vista que as práticas de comércio exterior adotadas pelas metrópoles europeias lhes proporcionaram expressiva acumulação de capital, a qual, posteriormente, seria empregada- entre outras razões - para fomentar o desenvolvimento da indústria.

Para o amadurecimento completo do capitalismo industrial, eram também essenciais certas condições interiores. Nos séculos anteriores, o investimento na indústria evidentemente foi retardado [...] não só pela deficiência da oferta de mão-de-obra, como pelo desenvolvimento deficiente da técnica produtiva quanto dos mercados. [...]. Em certas medidas, uma transformação de todas essas condições dependeu de uma dissolução do modo de produção anterior centralizado no pequeno produtor e no mercado local (DOBB, 1987, p.189).

Contudo, no caso específico do Brasil, no período de vigência do pacto colonial a sua inserção no comércio internacional ocorreu de forma passiva, tendo em vista que na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) enquadrava-se na categoria de economia produtora e exportadora de produtos primários, além do que, a relação com a metrópole portuguesa caracterizava-se pela sua subordinação e dependência.

Na medida em que a metrópole reservava a si o monopólio do comércio colonial- ou “exclusivo metropolitano”- criava ela as condições necessárias à existência simultânea, tendo em conta a atuação de seus comerciantes nos mercados coloniais, de uma situação de oligopsônio (pois os mercados da metrópole detinham a exclusividade da compra dos produtos coloniais) e de outra de oligopólio, uma vez que esses mercadores detinham, também, o privilégio do controle do suprimento das mercadorias que atendiam às necessidades da colônia (CAMARGO NETO, 2001, p.5).

Ora, em detrimento da alavancagem do desenvolvimento das colônias, à metrópole obtinha então somente vantagens, tendo em vista que,

[...] controlando a metrópole os comércios de exportação e de importação de suas colônias, uma parte substancial da renda real gerada pela produção colonial lhe é transferida, sendo apropriada por seus comerciantes. [...] a aceleração da acumulação de capital por parte da burguesia comercial europeia tornou-se possível uma vez que se assentou sobre as interações entre Estado centralizado e Sistema Colonial (CAMARGO NETO, 2001, p.5)

Convém acrescentar também, que o avanço alcançado pela navegação marítima, juntamente com a consolidação do poder político- militar- comercial dos Estados Nacionais, foram decisivos para a sua expansão além das suas fronteiras. Assim, as nações europeias signatárias do Pacto Colonial beneficiavam-se das relações mantidas com suas colônias, pois, as políticas comerciais adotadas pelos Estados Mercantilistas convergiam para um contínuo processo de acumulação de capital baseado no estímulo concedido às suas exportações e às restrições impostas às importações.

Resumidamente, podemos compreender o Mercantilismo como sendo uma...

Doutrina econômica que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial (séculos XVI-XVIII), marcado pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais. Defende o acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado por meio de um comércio exterior de caráter protecionista (SANDRONI, 2006, p.534)

Examinando o comércio exterior brasileiro verificamos que entre os anos de 1821 até o ano de 1900, as suas exportações eram compostas por poucos produtos, tais como: algodão, café, açúcar, peles e couros, borracha etc, os quais tinham como principal destino a Europa, os Estados Unidos e a América do Sul e, pelo lado da demanda externa, as importações do país eram:

[...] compostas, predominantemente, por tecidos de algodão, lã, linho, seda, bebidas variadas, farinha de trigo, carnes, ferragens, ferro, aço, manteiga, azeites, bacalhau, louças e vidros, carvão e mais próximos do fim do período imperial ocorre uma maior presença de máquinas, papel, produtos químicos e farmacêuticos (MENEZES, 2010, s/p.)

Entre os anos de 1806 até 1901, mais da metade das importações brasileiras- como porcentagem das importações totais - tinham como procedência, predominantemente os países europeus.

Tabela 1: Brasil: origem das importações brasileiras, 1920-1889, % do total

Origem	1806	1842-43	1852-53	1872-73	1901
Grã-Bretanha	40,0	48,4	53,3	51,5	31,4
Estados Unidos	0,6	11,8	8,5	5,6	12,4
França	7,8	12,0	13,5	14,6	8,0
Alemanha	7,6	5,0	5,9	6,8	9,4
Portugal		8,0	6,6	8,0	6,5

Fonte: ABREU, 2017

No período compreendido entre 1841 até o ano de 1901, como proporção das importações totais apenas dezesseis produtos respondiam por mais de 60% das importações do país

Tabela 2: Brasil: Estrutura das importações 1841-42 a 1901, % do total

	1842-43	1854-55	1863-64	1872-73	1901
Bacalhau e outros peixes	1,8	2,7	1,3	1,1	3,0
Carnes	3,7	1,7	6,8	5,0	8,7
Vinhos	4,2	4,9	5,4	7,9	5,6
Manteiga	2,1	1,7	1,9	1,3	1,6
Trigo e em grão	0,1	0,0	0,0	0,0	4,0
Farinha de trigo	5,9	5,3	4,0	2,8	7,7
Sal	0,8	1,4	1,3	2,5	0,3
Carvão de pedra	0,5	2,0	1,8	2,8	6,7
Ferragens	3,9	1,3	4,6	0,4	0,0
Manufaturas de ferro e aço	1,0	0,7	0,6	3,4	4,2
Máquinas	0,1	0,3	0,6	3,2	5,4
Manufaturas de algodão	35,2	27,5	23,9	29,3	9,4
Manufaturas de lã	4,1	6,0	4,3	7,4	1,3
Manufaturas de linho	4,2	4,7	2,9	5,0	0,7
Manufaturas de seda	4,2	1,2	2,2	2,0	0,7
Manufaturas mistas	0,5	0,6	2,6	0,0	0,0
Total	72,3	62,0	64,1	74,1	59,5

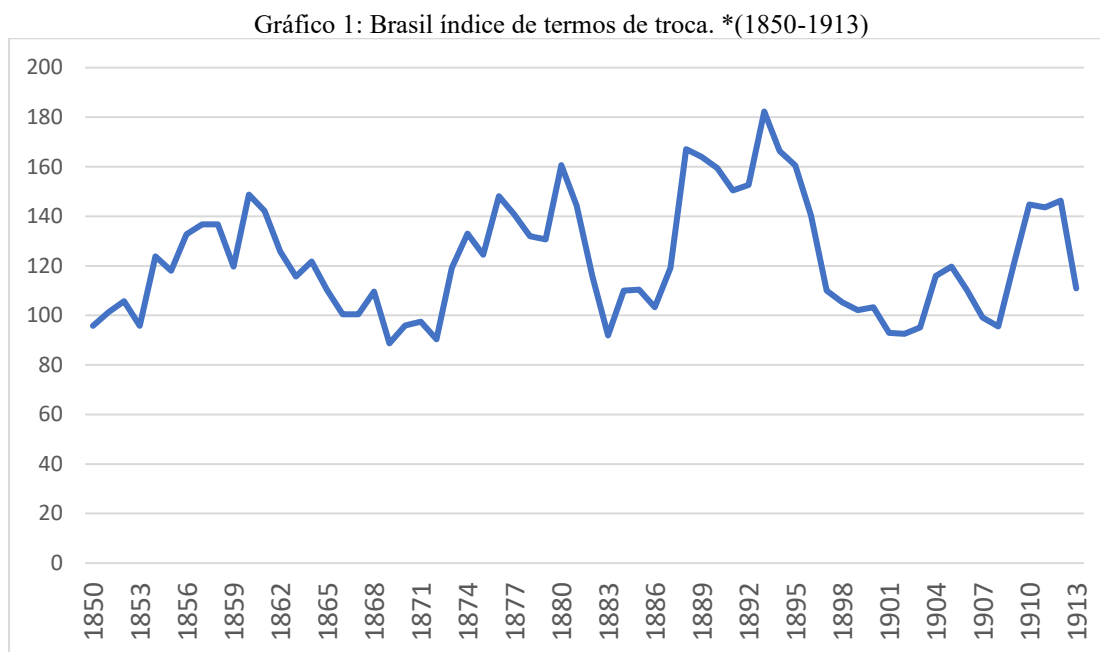
Fonte: ABREU (2017)

Em convergência às restrições impostas ao comércio exterior pelos Estados Mercantilistas, cabe-nos acrescentar que a subordinação do Brasil ao reino de Portugal custou-lhe pela tipologia da sua colonização não só a exploração das suas riquezas naturais, como, também, o seu atraso na direção da sua própria modernização.

O fato de manterem colônias possibilitou aos Estados organizados em base mercantilistas o domínio sobre a geração de produtos complementares aos que produziam, o que lhes proporcionou maior autonomia frente aos demais, permitindo-lhes vantagens na competição pelo domínio e controle de mercados, dos quais procuraram extrair cada vez maiores excedentes em sua balança de comércio, [...] (CAMARO NETO, 2001, p.5)

É oportuno aditar que, de acordo com os registros históricos/ estatísticos oficiais do governo (MENEZES/MDIC, 2010) durante o período compreendido entre os anos de 1808 até 1861, a exceção dos anos de 1823; 1828; 1835-36; 1845-49; e 1856-56, nos demais o saldo da balança comercial brasileira foi negativo.

Por sua vez, as estatísticas do IPEADATA baseadas na Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), revelam que ao longo dos anos de 1850 até 1913, o índice dos termos de troca foi favorável ao Brasil, revertendo assim, a trajetória da sua balança comercial.¹



FONTE: IPEADATA
*média 2018=100

Assinala-se diante da explicitada argumentação que os países outrora submetidos ao comando dos Estados Mercantilistas, tiveram o seu desenvolvimento retardado, além do que, especificamente no caso do Brasil, entre outros motivos, vale lembrar que não bastasse as imposições da coroa portuguesa, o tamanho reduzido da sua população, isto é, do seu respectivo mercado, associado ao trabalho não-assalariado, limitava em boa medida a acumulação de capital. Tanto é que, em 1870, embora fosse maior que alguns países europeus, a população brasileira era bem inferior a outros países. Tal constatação pode ser melhor visualizada através das estatísticas elaboradas por Avakov (2015).

¹ O índice de termos de troca do comércio é obtido pela simples divisão do índice de preços de exportação pelo índice de preços de importação do país. Portanto, trata-se de um indicador, onde uma melhoria, [...], um aumento na razão, corresponde a um saldo positivo da Balança Comercial (IPEADATA)

Tabela 3: População de países selecionados -1820, 1880 e 1890.

Países	1820	1880	1890
USA	9.981	50.458	63.302
Germany	24.905	43.500	47.607
France	31.250	39.045	40.014
UK	19.831	32.328	35.001
Italy	20.176	29.534	31.702
Spain	12.203	16.859	17.757
Brazil	4.507	11.794	14.199
Portugal	3.297	4.610	5.028
Sweden	2.585	4.572	4.780
Switzerland	1.986	2.839	2.951
Greece	2.312	4.049	4.482
Japan	31.000	36.807	40.077

FONTE: AVAKOV (2015); Elaborada pelos autores População em milhões de habitantes

Comparando o ano de 1890 com o ano de 1820 e, convertendo em taxa média anual de crescimento, verificamos que enquanto os países europeus e o Japão registraram taxas menores de 1% a.a., acima desse valor alcançaram USA (2,67 % a.a.) e o Brasil (1,65% a.a.).

Examinando os valores do PIB (US\$/PPC) nos anos de 1880 e 1890, constatamos que o Brasil - à exceção de Portugal, Suécia, Suíça e Grécia - produzia uma das menores cifras, comparativamente aos outros países.

Tabela 4: PIB segundo países selecionados (PPC - Milhões de Dólares de 2012) - 1880 e 1890

Países	PIB (US\$ de 2012)	
	1880	1890
USA	227,402	336,005
Germany	135,529	180,88
France	129,531	148,775
UK	175,898	219,576
Italy	73,068	82,698
Spain	43,424	45,126
Brazil	13,879	17,642
Portugal	6,832	8,875
Sweden	13,207	15,603
Switzerland	10,884	14,694
Greece	6,451	8,262
Japan	49,706	63,467
Total	885,811	1,141.603

Fonte: AVAKOV (2015), elaborada pelos autores

*PPC - Poder De Paridade De Compra

Embora o grupo selecionado para analisar seja muito restrito, no intervalo de tempo de uma década (1880-1890), a distribuição do PIB entre os países - como porcentagem do total - mostra - nos que o quadro, praticamente se manteve, haja vista que USA, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha e Japão, juntos respondiam por pouco mais de 94%.

Retornando aos fatos históricos documentados pelo MDIC, sistematizados cronologicamente, destaca-se importante evento datado de 28 de janeiro de 1808 quando então, o Príncipe Regente de Portugal D. João

[...] assina documento que quebra o monopólio português no comércio brasileiro [...]. A Carta Régia de Abertura dos Portos às nações amigas, resposta do Príncipe de Abertura dos Portos Regentes ao memorial com representação dos anseios do livre-comércio [...], atende, sobretudo aos interesses ingleses, às necessidades de arrecadação alfandegária [...] e ao apelo dos comerciantes coloniais (MENEZES, 2010, p.1).

Ainda que esse fato representasse significativo avanço para o setor externo da economia brasileira, até então obstruído pela coroa portuguesa, os registros históricos do comércio internacional com outros países contabilizaram déficit comercial, ainda que, os termos de troca fossem favoráveis ao país.

Algumas nações abandonaram todo o comércio de suas colônias, uma companhia exclusiva, da qual os colonizadores eram obrigados a comprar todas as mercadorias europeias de que precisassem, e para a qual eram obrigados a vender toda a sua produção excedente. Era interesse da companhia, então não apenas vender as mercadorias europeias ao maior preço possível e comprar os produtos da colônia ao menor preço possível, [...]. Era seu interesse não somente degradar, em todos os casos, o valor da produção excedente da colônia, como ainda, em muitos casos, desestimular o aumento dessa quantidade, e mantê-la abaixo do seu estado natural (SMITH, 2003, p.727).

Todavia, essa mesma política fora abandonada por países como a Holanda, Dinamarca e França, tendo em vista que “[...], desde 1755, depois de abandonada por todas as outras nações em razão de sua natureza absurda, tornou-se a política de Portugal, pelo menos em relação a duas das principais províncias do Brasil, Pernambuco e Maranhão” (SMITH, 2003, p.727).

Conforme observado anteriormente, à exceção de alguns poucos anos, a balança comercial brasileira entre anos de 1808 até 1860, contabilizou sucessivos déficits. Não bastassem as imposições comerciais, outras razões foram sem dúvida prejudiciais ao Brasil em decorrência do domínio exercido por Portugal.

Depois das colônias espanholas, a dos portugueses no Brasil é a mais antiga, de todas as nações europeias na América. Mas como se passou muito tempo desde a primeira descoberta sem que se encontrassem minas de ouro e de prata, e como, precisamente por essa razão, a colônia gerava pouca ou nenhuma receita para a Coreia, durante muito tempo ela foi em grande medida negligenciada (SMITH, 2003, p. 718).

Vale lembrar, que somente quase duzentos anos após a presença dos portugueses no país, iniciou-se entre 1694 até 1760 o ciclo do ouro e do diamante, produtos que naquele período exerceram influência específica na economia (BRUM, 1995). Outros produtos independentes da sua duração, também foram importantes, como o algodão, e açúcar, a borracha, o cacau e o café na composição dos ciclos e dos sub ciclos econômicos do Brasil.

Ademais, durante o período colonial a economia brasileira assentou-se sob a base do modelo agroexportador ou, modelo de dependência clássica, o qual tinha o seu centro dinâmico comandado de fora para dentro.

Até nas vias de transporte e de comunicação estava presente a marca colonial; todas elas estavam voltadas para o exterior, todas seguiam o rumo do mar. [...] Através delas escoavam-se para o exterior as matérias-primas e os gêneros alimentícios tropicais e traziam-se de fora, até os núcleos povoados do interior, os produtos industriais e culturais importados, para consumo, ornamento e regalo de uma estreita elite alienada, encastelada em privilégios, vivendo da exploração do trabalho dos outros escravos ou assalariados mal pagos (BRUM, 1995, p.59).

Embora a Inglaterra tenha sido o epicentro da Primeira Revolução Industrial, que vigorou entre 1750 a 1950, outras nações europeias incluindo países de outros continentes foram os protagonistas da Segunda Revolução Industrial que ocorreu entre 1850 a 1950.

A década de 1870, com a Segunda Revolução Industrial consolidada quase simultaneamente em vários países, a exemplo da Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, Suíça, Bélgica e Japão, conhece uma mudança estrutural no sistema internacional que leva a Inglaterra a perder seu status de predominância como parque industrial do mundo. [...]. As inovações ocorridas nas décadas anteriores, [...]. Resultaram no aumento da produtividade, na diminuição dos custos operacionais e na revitalização do mercado mundial, o que proporcionou riqueza e poder para as nações líderes deste processo (MENEZES, 2010, S/P).

Desta forma, as nações que foram pioneiras tanto na primeira como na segunda Revolução Industrial, beneficiaram-se das transformações dela provenientes, tendo em vista que suas economias convergiram na rota de um crescimento econômico mais robusto, de um ritmo mais intenso de acumulação de capital, de aumento do produto por habitante maior participação no mercado internacional, de um volume maior de investimentos e de inovações. Assim, enquanto esses países caminharam em direção ao progresso e desenvolvimento, a grande maioria das nações/continentes -

América Latina e Caribe, África, Índia, Ásia entre outros países europeus - em direção oposta seguiram rumo ao atraso, pobreza e subdesenvolvimento.

No Brasil, já quase ao final do século XVIII, ocorreu um importante fato histórico precedente ao início da industrialização do país, tal como fora descrito por Menezes (2010).

(1º de Abril). O alvará de 1785, que proibia a criação de manufaturas, foi revogado e, a partir desta data, fica permitida a fundação da indústria no Brasil [...]. 1872 - Primeira indústria têxtil moderna do país. Instalada pelo Barão de Piracicaba, se instala na região algodoeira de Itú, no interior da província de São Paulo, uma indústria bem maior com 350 teares (MENEZES, 2010).

Embora o Brasil houvesse iniciado a sua industrialização tardiamente, isto é, somente no início do século XX, mais precisamente, por volta de 1930, não quer dizer, que antes disso a atividade manufatureira não existisse no país, ainda que a mesma havia sido basicamente ou, predominante constituída pelas indústrias denominadas tradicionais, ou então, pelos segmentos produtor de bens de consumo semi e não duráveis, mesmo porque por volta de 1880 os registros históricos nos revelam que.

O processo de industrialização continua crescente. Por volta desta época, o Brasil já dispõe de cerca de seiscentas indústrias, que se localizam principalmente nos centros urbanos e passam a construir uma alternativa crescente para as atividades agrícolas (MENEZES, 2010).

Embora a atividade do setor secundário (indústrias em geral) já se desenvolvia no país no século XIX, a sua industrialização somente teria iniciado no século XX.

[...] Apesar do rápido crescimento de algumas indústrias, um período de simples crescimento industrial não provoca modificações estruturais profundas na economia. A industrialização, por outro lado, é um período durante o qual a indústria torna-se o setor líder de crescimento da economia e causa modificações estruturais pronunciadas. [...]. É evidente que somente nos anos 30 a indústria tornou-se o setor líder, influenciado fortemente o crescimento geral da economia (BAER, 1988, p.296-297).

Diante do que foi exposto até então é compreensível que a industrialização tardia do Brasil - entre outros fatores externos e internos - tenha sido em larga medida, decorrente da sua condição de colônia cuja subordinação econômica, comercial, política e cultura à Coroa Portuguesa fora prolongada. Ademais, acrescenta-se ainda o fato do limitado tamanho do mercado doméstico brasileiro - resultante do trabalho escravo como inclusive da má distribuição da renda - restringir a acumulação de capital e inviabilizar projetos industriais que requeriam escala econômica de produção.

Assinala-se ainda, que quando o Brasil deu início à sua indústria de base e à de bens duráveis e de capital, as economias que constituíam o núcleo do capitalismo industrial como Inglaterra, EUA, Japão e Alemanha, etc. estavam impulsionando a Terceira Revolução Industrial (1950 em diante), em que o emprego de tecnologias mais avançadas como a eletrônica a mecânica (robótica) tecnologia da informação e da comunicação (TIC) assentavam-se sob as bases das atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

2.2 BRASIL, INDUSTRIALIZAÇÃO E MUDANÇA NA ESTRUTURA INDUSTRIAL

Na seção anterior procuramos examinar através de uma breve retrospectiva histórica, alguns fatos importantes que relatam as relações comerciais do Brasil com outras nações, principalmente com o Império Português durante o período colonial.

Destacamos sobretudo as restrições impostas ao Brasil pela Coroa Portuguesa em virtude da sua situação de subordinação econômica, comercial, política e cultural, a qual, fora extremamente favorável à metrópole, conquanto desfavorável à colônia e, por consequência ao seu próprio desenvolvimento.

Ademais, romper com o seu atraso/subdesenvolvimento significava promover uma ruptura com a predominante atividade agroexportadora e, dar impulso a uma divisão social do trabalho capaz de modificar a estrutura econômica do país, ou seja, reduzir a participação do setor primário. Tanto que, de acordo com o Recenseamento Geral de 1940 - Comissão Censitária Nacional do Rio de Janeiro - a exceção das atividades domésticas e escolares, a maior porcentagem da população do país com 18 anos e mais de idade segundo os ramos de atividade encontrava-se alocada na agricultura, pecuária e silvicultura, sendo que, em termos de localização geográfica a maior parcela concentrava-se no Nordeste, Leste e Sul.

Tabela 5: Brasil, distribuição percentual da população de 18 anos e mais de idade segundo os ramos de atividade (em %) - 1940.

Ramos de Atividade	População (%)
Agricultura, Pecuária e Silvicultura	36,5
Indústria Extrativas	1,5
Indústria Transformação	5,4
Comércio	2,9
Comércio de Imóveis	0,2
Transportes e Comunicação	1,8
Adm. Pública, Justiça e Ensino	1,2
Defesa e Segurança Pública	0,7
Profissionais Liberais, Culto, Ensino Particular, Administração Privada	0,5

Serviços e Atividades Sociais	3,5
Atividades Domésticas e Escolares	45,8
Total	100,0

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX, elaborada pelos autores.

N.A. – Não consideramos a atividade de condições inativas, não compreendidas, mal definidas e não declaradas.

Constata-se que mais de 82% da população ocupada no país - de 18 anos e mais de idade - no ano de 1940 estava concentrada em apenas dois ramos de atividades econômicas mostrando-nos quão reduzida era a participação das indústrias de transformação e das demais atividades no país. Por sua vez, acrescentando-se a essas duas atividades as indústrias de transformação, verifica-se uma distribuição desigual da população ocupada entre as regiões do país.

Tabela 6: Brasil segundo a participação da população em atividades selecionadas por região (em %) - 1940.

Região/Setores	Agricultura Pecuária	Indústrias Transformação	Serviços Sociais
Norte	2,8	1,9	3,5
Nordeste	27,5	16,5	22,0
Leste	36,2	36,2	39,0
Sul	30,5	43,5	32,4
Centro-Oeste	3,0	1,9	3,1
Total	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE, Estatísticas do Século XX, elaborada pelos autores

Em relação ao total da população de 18 anos ou mais de idade ocupadas, na região Norte apenas 3,5% do total ali se encontravam, 24% no Nordeste, no Leste 38%, na região Sul 32% e, finalmente no Centro Oeste 2,9%, por sua vez, entre as três atividades que mais empregavam, à exceção do Nordeste, os maiores percentuais estavam concentrados no Leste e no Sul, regiões que também se destacavam pelo fato de ambas responderem por quase 80% das ocupações nas indústrias de transformação. Dessa forma, modificar essa situação significava em certa medida admitir e/ou acatar proposição feita por Rodan (1943) “The aim of industrialization in international depressed areas is to produce a structural equilibrium in the world economy by creating productive employment for the agrarian excess population.”² (ROSENSTEIN-RODAN, 1943 p.210).

Segundo os registros extraídos do Anuário estatístico do Brasil de 1953 (Rio de Janeiro IBGE), no ano de 1940, a população total recenseada no país contou 41.236.315 habitantes dos quais,

² O objetivo da industrialização em áreas deprimidas internacionais é produzir um equilíbrio estrutural na economia mundial, criando empregos produtivos para o excesso de população agrária. (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p.210).

9.189.735 residiam na área urbana, 3.690.447 na área suburbana e 28.356.133 na área rural que respondia por quase 69% da população total. Já no recenseamento de 1950, a população total alcançou 51.944.397 habitantes, a população urbana 12.957.543, a suburbana 5.825.348 e a população residente na área rural 33.161.506 ou seja, 63,8% da população total recenseada. Esses percentuais revelam-nos a predominância da população rural em relação à população residente total no país, assim como também em se tratando da sua participação na população economicamente ativa.

Tabela 7: Brasil, distribuição da população economicamente ativa (em %) - 1920, 1940, 1950 e 1960.

Setor	PEA* (em %)			
	1.920	1.940	1.950	1.960
Primário	70	64	60	53
Secundário	14	10	14	13
Terciário	16	26	26	34
Total	100	100	100	100

FONTE: Baer (1988), Adaptada pelos autores *PEA - População Economicamente Ativa.

Diante dos percentuais de participação do setor primário no total da PEA, nas quatro décadas destacadas (1920 - 1960), percebe-se quão elevada era a proeminência desse grande setor na economia do país, sendo assim, permanecer com o modelo agroexportador quando vários países já se encontravam entre a Segunda e a Terceira Revolução Industrial, significava retardar a sua modernização e, por conseguinte o seu próprio desenvolvimento econômico. Além do mais, em se tratando da estrutura do crescimento econômico moderno, Kuznets (1983) argumentava que:

Como a indústria manufatureira está entre os subsectores que crescem com maior rapidez no curso do crescimento econômico moderno, e como sua participação no produto total em países muito desenvolvidos é quase de $\frac{1}{3}$, há um grande interesse pelas tendências de sua estrutura - na distribuição de seu produto e de seus recursos entre os vários ramos. [...], alterações na estrutura da manufatura podem ocorrer independentemente de alterações na demanda de produto acabado - no sentido de que, com mudanças tecnológicas congêneres, produtos acabados similares podem representar diferentes graus de fabricação. (KUZNETS, 1983, p.91-94).

O papel desempenhado pela manufatura é indubitavelmente importante tanto para o crescimento da economia, como também e, principalmente para a geração de emprego e de renda, para a arrecadação de impostos, gerar divisas para o país através das exportações, promover a atração de outras indústrias devido a sua capacidade de produzir efeitos de aglomeração, como inclusive e,

principalmente, estimular investimentos suscetíveis de incorporarem novos métodos de fabricação, novas tecnologias que possibilitem elaborar novos produtos a preços mais competitivos.

Em respeito à economia brasileira, entre os anos de 1947 até 1969, a indústria foi o setor que registrou as mais elevadas taxas de crescimento da produção.

Tabela 8: Brasil seguindo taxas de crescimento da produção por setores; diversos anos

Setores de Atividades	Índices de Produção Real (1949=100)					
	1.947	1.953	1.958	1.963	1.967	1.969
Econômica						
Agricultura	89,5	111,7	141,3	178,9	211,1	227,1
Indústria	81,5	135,1	213,2	312,4	360,0	451,2
Outros setores	89,1	130,3	183,1	249,0	288,1	n.a.
Total	87,3	125,7	187,5	242,5	306,1	333,6

FONTE; BAER (1988)

É importante ressaltar também que mudanças na estrutura interna da indústria são decisivas, pois, habilitam a economia do país produzir bens mais sofisticados de maior composição tecnológica e de maior valor agregado.

Além disso, a atividade manufatureira caracteriza-se pela sua capacidade de atrair novas indústrias/empresas através do efeito de encadeamento provocado pela indústria chave.

[...], os efeitos de encadeamento são os impactos que as diferentes atividades exercem sobre as demais, quando aumentam sua produção. Tais impactos ocorrem para trás no processo produtivo, verticalmente, por meio das compras, e para frente, no sentido horizontal, por meio das vendas de insumos. Uma atividade qualquer será considerada chave, quando seus efeitos de encadeamento sobre a produção da economia são superiores à média do conjunto dos setores, tanto para trás, como para frente no processo produtivo (SOUZA, 2005, p.190).

Contudo, em respeito ao desenvolvimento econômico, além da necessidade inquestionável de se promover mudanças na estrutura da economia, ou seja, modificar a composição setorial do produto total - aumentando a participação da indústria de transformação e dos serviços e, diminuindo a do setor primário -, também torna - se deveras importante alterar a composição da produção industrial de modo a ampliar a participação das indústrias dinâmicas em detrimento de uma menor representação das indústrias tradicionais.

São classificadas como indústrias tradicionais ou de trabalho intensivo as que ocupam grandes contingentes de mão - de - obra e se apoiam em tecnologia atrasada; e como indústrias modernas ou de capital intensivo as portadoras de tecnologia sofisticada, com operários altamente especializados e elevada taxa de investimento por pessoa empregada (SANDRONI, 2006, p. 425).

³ Economias de Aglomeração: Redução de custos resultante da proximidade física de empresas do mesmo ramo ou de atividades complementares. Por exemplo, uma montadora abastecida por empresas produtoras de peças localizadas em seu entorno [...] (SANDRONI, 2006, P. 276).

Enquanto vários países já se encontravam num estágio bem mais avançado de industrialização, a indústria brasileira na sua fase seminal praticamente era constituída pelas indústrias tradicionais.

Tabela 9: Brasil segundo subsetores industriais, operários ocupados e valor da produção (em %) – 1950

Subsetores	Operários	V.P.
Metalúrgica	8,2	7,6
Madeira	5,0	3,4
Mobiliário	2,9	1,7
Papel e Papelão	2,0	1,9
Couros, peles e similares	1,6	1,5
Química e farmacêutica	5,4	8,6
Têxtil	28,2	18,7
Vestuário, calçados e artef. tecidos	6,0	4,3
Produtos alimentares	16,3	32,0
Bebidas	2,6	3,1
Editorial e gráfica	3,2	2,8
Total	81,4	85,6

FONTE: IBGE - Estatísticas do Século XX, elaboração dos autores.

Diante dos percentuais apurados, constatou-se que de acordo com os resultados do Censo Industrial de 1950, as indústrias tradicionais de fato foram responsáveis por mais de 66% do Valor da produção, bem como, por mais de 60% do total de operários ocupados. Admitindo por suposto que o PIB per capita brasileiro em 1958 estivesse situado entre 221 a 360 dólares, isto é, entre os níveis IV e V segundo a classificação adotada por Baer (1988) e, que o mesmo intervalo por aproximação ao de Kuznets (1983) de 200 a 349 dólares fossem considerados equivalentes para efeito de análise, poderíamos assim, comparar a composição do Valor Adicionado (em %) do país com o dos países com produto per capita de 1000 dólares ou mais. Sendo assim, a comparação entre os países industrializados e desenvolvidos com apenas um país do mundo subdesenvolvido, porém, no curso da sua industrialização, seria baseada nos percentuais representados por somente dez gêneros da atividade manufatureira referente ao ano de 1958. A título de informação, a composição da amostra selecionada por Kuznets totalizou 56 países distribuídos segundo o PIB per capita: 1000 dólares ou mais e de 575 a 999 dólares (16 países); 350 a 574 dólares (8 países); 200 a 349 dólares (6 países); 100 a 199 dólares (17 países) e, finalmente abaixo de 100 dólares (9 países).

Tabela 10: Brasil e países industrializados segundo a composição do Valor Adicionado (em %) – 1958

Subsetores da Manufatura	Participação no VA (em %)	
	Industrializados	Brasil
Alimentos, bebidas e fumo	16,7	34,3
Têxteis	6,3	20,2
Vestuário e calçados	5,0	4,3

Produtos de madeira	5,3	4,0
Papel, impressão e publicação	9,9	4,4
Couro e borracha	2,0	3,3
Produtos químicos	9,1	9,1
Minerais não metálicos	4,5	7,1
Metais básicos	10,6	3,2
Produtos de metal	28,0	3,4

FONTE: KUZNETS (1983, p. 267-268), adaptada pelos autores.

É perceptível a diferença encontrada na composição do VA entre as economias industrializadas e desenvolvidas, comparativamente ao Brasil - economia subdesenvolvida em processo de industrialização - tendo em vista que, na primeira, constatou-se expressivo percentual de participação das indústrias dinâmicas, enquanto na economia brasileira verificou-se participação mais elevada das indústrias tradicionais.

Embora o atraso e o subdesenvolvimento brasileiro tenham sido em larga medida proveniente da sua herança colonial, cabe dizer que, questões internas também contribuíram para isso, basta verificarmos a destinação de excedente econômico gerado pelas propriedades agrícolas, pois,

[...], é bastante provável que o excedente econômico gerado pelo setor agrícola das economias subdesenvolvidas represente pelo menos a metade e, em muitos países, mais da metade de sua produção global.

[...]. Não é menos óbvio que em todos os países subdesenvolvidos a maior parte desses recursos não é utilizada com o propósito de expandir e aperfeiçoar o aparelho produtivo da sociedade. Parcela considerável do excedente econômico retido pela aristocracia rural é destinada a manter seus faustos hábitos de consumo (BARAN, 1984, p.155).

Para corroborar tal arguição recorremos a Furtado (1996) ao analisar a “Evolução Estrutural do Sistema Capitalista”, pois, de acordo com ele, o que separaria o desenvolvimento do subdesenvolvimento era a direção dada ao excedente econômico.

Entretanto, consideramos oportuno e relevante tecer alguns comentários pertinentes ao nosso próprio desenvolvimento, motivo pelo qual, recorremos à contribuição de renomados autores como Furtado (1996), Nurkse (1951) e Ribeiro (2015).

A intensificação do crescimento no centro decorre da ação de vários fatores, sendo um dos mais importantes as economias de escala de produção permitidas pela crescente homogeneização e unificação dos antigos mercados nacionais. Como a industrialização, que se realiza concomitantemente na periferia, apoia-se na substituição de importações, no quadro de pequenos mercados, é natural que os desníveis de produtividade tendem a aumentar, e a descontinuidade estrutural dentro do sistema capitalista a ampliar-se (FURTADO, 1996, p.46).

Conforme fora anteriormente argumentado, a amplitude do mercado é fundamental, haja visto que contribui para se obter escala de produção, ganhos de produtividade e acelerar o ritmo de acumulação de capital, desde que, sua utilização seja destinada a aumentar o estoque de capital produtivo. Por seu turno, deve-se levar em conta o fato de que, os países subdesenvolvidos são portadores sobretudo de deficiências tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda, motivo pelo qual, configurava uma situação denominada por Nurkse (1951) de “círculo vicioso da pobreza”, a qual descreve um movimento circular que dificulta a acumulação de capital,

[...] que pode ser expressa verbalmente pela trivial expressão: um país é pobre porque é pobre

[...]. No lado da procura, o círculo se desenvolve da seguinte maneira: a renda é baixa, portanto, o tamanho do mercado é pequeno; o estímulo para a aplicação de capital é pequeno, portanto, o nível de produtividade é baixo, o que significa que a renda é baixa. No lado da oferta, assim se desencadeia: a renda é baixa, logo a taxa de poupança é baixa; portanto a quantidade de capital usado na produção é pequena e consequentemente a produtividade é baixa, o que significa que a renda é baixa (NURKSE, 1951, p.39-40).

Assim, depreende-se então que o elemento comum e limitador tanto da oferta como da demanda é a renda e não o tamanho do mercado dimensionado apenas pela população, pois, um país com elevado número de habitantes de renda baixa também torna-se um óbice tanto para a oferta como para a demanda. Mas, não podemos escamotear a manifestação nos países subdesenvolvidos como no Brasil, da influência exercida por uma faceta da nossa cultura espelhada pelo mimetismo já mencionada por Furtado, o qual, por sua vez, orientava o emprego do excedente econômico nas mãos da aristocracia rural, para ser dispendido por ela no consumo de artigos supérfluos e não para acumulação de capital. Além disso, outra questão também relevante pertinente ao nosso atraso e subdesenvolvimento, diz respeito à resistência das elites quanto à modernização da economia do país.

A resistência às forças da Revolução Industrial e a causa fundamental de sua lentidão não se encontram, portanto, no povo ou no carácter arcaico de sua cultura, mas na resistência das classes dominantes. Particularmente nos seus interesses e privilégios, fundados numa ordenação estrutural arcaica e num modo infeliz de articulação com a economia mundial, que atuam como fator de atraso, mas são defendidos com todas as suas forças contra qualquer mudança (RIBEIRO, 2015, p.187).

De acordo com o que foi até então exposto, verificamos que o nosso atraso e subdesenvolvido não fora determinado tão somente por conta das relações políticas, comerciais, econômicas etc., estabelecidas e mantidas durante longo tempo com o reino português, mas, também, em decorrência da resistência às mudanças protagonizada pelos proprietários de engenhos em pleno final do século XIX, quando então, muitos países já haviam ingressados na II Revolução Industrial.

Em 1877 foi inaugurado o primeiro engenho central em Macaé no Rio de Janeiro e no ano seguinte no Paraná, em São Paulo e na Bahia. Mas em geral, além da falta de capital para investimentos, os senhores de engenho são resistentes às inovações e à mudança no sistema de produção baseado no braço escravo, de modo que, muito lentamente a máquina a vapor e os novos métodos de produção passaram a integrar o processo de produção de açúcar (MENEZES, 2010, s/p).

No entanto, em respeito à modernização da economia, também havia resistência tanto da aristocracia rural como até entre intelectuais renomados que representavam a ala do pensamento econômico liberal que advogava a favor da teoria ricardiana das vantagens comparativas. Desse modo, a economia brasileira deveria permanecer na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), devido às vantagens comparativas advindas da sua especialização na produção e exportação de produtos primários como alimentos e matérias-primas. Todavia, um acontecimento de proporção mundial protagonizado pela Grande Depressão de 1929, abriria espaço no debate entre desenvolvimentistas e liberais.

Foi nos anos 30 que se começou a questionar o modelo de economia “essencialmente agrícola” defendido pela classe dominante. Fui dos primeiros a denunciar o agrarismo como causa de nosso atraso. Um país da extensão e heterogeneidade social do Brasil não podia depender da agricultura extensiva para desenvolver-se. [...]. A verdade é que mais de 90% das exportações brasileiras eram constituídas de produtos primários agrícolas e eram os interesses ligados ao comércio exterior que ocupavam as posições de comando no país (FURTADO, 1988, p.17).

Apesar da resistência da aristocracia rural e de intelectuais defensores da preservação do modelo de “desenvolvimento para fora”, os desenvolvimentistas que advogavam a necessidade de ruptura com o modelo agroexportador, argumentavam que a superação do nosso atraso somente seria alcançada através da industrialização. Ademais, mudanças estruturais importantes seriam realizadas através da acumulação de capital e da incorporação do progresso técnico ao processo de produção industrial, tendo em vista que

[...], para Kaldor, a acumulação de capital incorporado de modernas tecnologias, leva a considerar um contínuo processo de transformação industrial, e assim, permitir mudanças significativas na estrutura produtiva, levando a economia a realizar o catching-up em relação aquelas com níveis de produtividade mais alta. As economias em desenvolvimento deveriam adotar uma política de acumulação de capital como meio de acelerar o crescimento, pois o desenvolvimento de um setor industrial avançado tecnologicamente é fundamental para sustentar o crescimento de longo prazo (FEIJÓ LAMÔNICA, 2009, p.66).

Por esse, entre outros motivos, através de uma “tríplice aliança” entre o Estado, o capital privado nacional e empresas estrangeiras o Brasil romperia com o modelo de dependência clássica e

impulsionara uma estratégia de desenvolvimento econômico baseada no processo de industrialização substitutiva de importações (ISI).

O Estado, as multinacionais e o capital nacional desenvolveram suas estratégias contemporâneas em resposta a fatores externos e “objetivos”, tal como as desenvolveram em resposta às ações da classe trabalhadora brasileira. [...]. A interação das elites dominantes deu forma à transição da dependência clássica para o desenvolvimento dependente, da mesma maneira, a interação do Estado, das multinacionais e do capital nacional modelar a resposta às contradições do desenvolvimento dependente (EVANS, 1982, p.95).

Apesar das incoerências, mudanças estruturais significativas foram constatadas tanto na divisão social, como na divisão técnica do trabalho, posto que, a composição setorial, da economia brasileira entre os três grandes gêneros da atividade econômica (a preços correntes) como porcentagem do PIB, apontara para uma contínua regressão da agricultura de 25,8% em 1939 para 15,3% em 1973, enquanto a participação da indústria aumentou de 19,4% para 33,3% e os serviços sofreram ligeira retração de 54,8% para 51,5%⁴. Do mesmo modo, também ocorreram modificações na estrutura da força de trabalho, tanto que, na agricultura sua participação que era de 67% em 1920, reduziu-se para 43% em 1969, na indústria, destacando a manufatura e a construção civil aumentou de 13% para 19% e, nos serviços passou de 20% para 38%, respectivamente⁵.

Acrescenta-se também, a ocorrência de outra não menos importante alteração estrutural da economia brasileira promovida pelo processo de industrialização, qual seja, a redução das importações de bens de consumo (duráveis e não-duráveis) que reduziram de 36,9% entre 1901- 1907 para 7,4% em 1961, entretanto, na direção oposta constatou-se aumento das importações de bens de capital de 7,1% para 31,6% e de matérias-primas e bens intermediários de 55,1% para 61,0%⁶.

Além disso, a composição das exportações sofreu significativa alteração, haja vista que, enquanto diminuía a participação dos produtos primários gradativamente aumentava a dos manufaturados⁷, mesmo porque, a importância da indústria se estendia para além dos motivos anteriormente mencionados.

A crescente importância da indústria foi acompanhada de modificações igualmente importantes na própria estrutura industrial. [...]. O crescimento das novas indústrias estava intimamente ligado à redução da dependência de bens manufaturados estrangeiros (EVANS, 1982, p. 72-73).

⁴ EVANS (1982)

⁵EVANS (1982)

⁶EVANS (1982)

⁷EVANS (1982)

De fato, examinando a participação na distribuição do produto industrial (1920-1968) entre as indústrias modernas e as indústrias tradicionais, enquanto as primeiras ampliaram percentualmente a sua contribuição, na direção oposta às segundas sofreram abrupta redução. É oportuno assinalar que o processo industrialização plasmado na substituição de importações, do ponto de vista da origem dos capitais, ficou repartido entre capital privado nacional (empresas tradicionais) e o capital privado estrangeiro (empresas modernas).

As indústrias nas quais o mais importante é o acesso à tecnologia universalmente aplicável, e que se modifica rapidamente e que é impossível de ser obtida no mercado aberto, são domínio das multinacionais. [...]. Os setores tradicionais”, como de produtos de couro, roupas e produtos de madeira, onde a competição é mais intensa e os lucros provavelmente menores, são deixados para o capital nacional, um pouco por omissão. [...]. Indústrias cuja implantação no Brasil são anteriores ao aparecimento da empresa multinacional, como alimentos e têxteis, são menos dominadas por estrangeiros do que as indústrias originadas sob a égide do capital externo como as de automóveis e de borracha (EVANS, 1982, p.242-243).

Assim, independente da origem do capital, as mudanças estruturais que foram registradas na composição da produção industrial corroboram as arguições anteriormente citadas por Kuznets (1983). Podemos ainda dizer, que as empresas/indústrias tradicionais estariam operando nos “mercados competitivos”, enquanto o capital estrangeiro nos “mercados oligopolizados.

Tabela 11: Modificações na Distribuição do Produto Industrial (% do valor acrescido na manufatura- 1920-1968).

Indústrias	1920 (%)	1940 (%)	1950 (%)	1960 (%)	1968 (%)
Modernas*	12,3	23,9	25,5	40,2	49,9
Tradicionais*	79,4	64,0	56,8	43,3	34,7
Outras industrias	8,3	12,1	17,7	16,5	15,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	99,8

FONTE: EVANS (1982), adaptada pelos autores

Nota do autor:” Moderno” significa, aqui, simplesmente as indústrias que aumentaram sua parcela do mercado; “tradicional” significa as indústrias que diminuíram. As indústrias definidas como “modernas” também se caracterizam, porém, por volumes maiores de capital por trabalhador e por maior produtividade (Singer, 1971:83). Fontes: Baer, 1965:269; Newfarmer, 1975:33.

Embora essas mudanças tenham sido decisivas para o rompimento com o modelo de dependência clássica e para a modernização da economia, as mesmas não foram suficientes para alterar problema social tão recorrente e grave como o da distribuição da renda, ainda que, a industrialização já tivesse alcançado estágio avançado e suscetível de proporcionar uma divisão técnica e social do trabalho mais ampla e sofisticada, contrariando dessa forma as expectativas da ala desenvolvimentista diante da concentração da renda em poder de uma minoria.

TABELA 12: Modificações na Distribuição da Renda Brasileira (porcentagem da renda total recebida), 1960-1970

	1960 (%)	1970 (%)	Modificação na parcela 1960-1970 (%)
1% mais ricos	11,7	17,8	+6,1
4% seguintes	15,6	18,5	+2,9
Total dos 5% mais altos	27,3	36,3	+9,0
80% mais baixo	45,5	36,8	-8,7

FONTE: EVANS (1982)

Como se pode verificar, os extratos superiores não só conseguiram aumentar a sua participação na distribuição da renda como inclusive obtiveram aumento quase que equivalente ao decréscimo registrado para os 80% portadores de renda mais baixa, revelando dessa maneira quão expressiva era a concentração da renda no país. Assim, para uma economia em fase de industrialização, a concentração da renda em prol de uma pequena parcela da população, limitava ainda mais uma distribuição mais diversificada dos gastos de consumo, conseqüentemente, tornava-se prejudicial à acumulação de capital como a obtenção de economias de escala para aquelas indústrias que dela dependem.

A distribuição de renda que acompanha a industrialização não pode deixar de ter conseqüências para a forma da estrutura industrial, bem como para as vidas dos trabalhadores. Um mercado interno para produtos industriais foi criado, mas dominado por bens de luxo e não por bens necessários, dada a distribuição da renda. [...]. Há uma ligação que não é apenas incidental entre a incapacidade que teve a industrialização de relacionar-se com as necessidades da população brasileira e o fato de que ela também deixou o país dependente de mercadorias estrangeiras de formas tão irritantes quanto a dependência do modelo clássico (EVANS, 1982, p. 93).

Em concordância com a arguição de Evans (1982), alguns anos antes, artigo publicado na Revista de la CEPAL (no primeiro semestre de 1976) intitulado “Notas sobre os Estilos de Desenvolvimento na América Latina” da autoria de Aníbal Pinto ao examinar a taxa média anual acumulada de crescimento do setor manufatureiro - no período de 1960 - 1971 - constará que a América Latina atingiu 6,8% a.a., Argentina 5,6%, o México 7,8%, e o Brasil (1967-1971) 12,2% a.a. Entretanto, ao longo do período, em virtude da influência exercida pelas mais diferentes elasticidades-renda da demanda, tanto de bens como serviços, derivada da concentrada e desigual distribuição da renda, sobretudo no caso do Brasil, verifica-se uma difusão deveras díspare das taxas de crescimento entre os vários gêneros do setor de manufatureiro, sobressaindo com taxas mais elevadas os ramos pertencentes às indústrias dinâmicas.

Tomando como pontos de referência as participações da camada que compõe metade mais pobre da população e dos 10% de renda mais alta, ressalta de imediato que a participação do primeiro grupo é invariavelmente mais baixa que a do segundo, exceto no que tange ao consumo de cereais, e que ela vai diminuindo quando se trata de bens mais caros e serviços mais qualificados e dispendiosos (PINTO, 2000, p.629).

Como já fora mencionado anteriormente, um dos principais óbices à industrialização do país decorria da desigual distribuição da renda, tanto individual, como familiar e regional a qual, por sua vez, limitava a aquisição de bens de consumo de maior sofisticação como os bens de consumo duráveis e de preços mais elevados, a uma fração reduzida e privilegiada da população de renda mais elevada. É oportuno salientar a influência exercida pela elasticidade-renda da demanda sobre os bens e serviços produzidos e negociados no mercado, tendo em vista o fato de que, variações da renda produzem alterações na composição da demanda, notadamente dos gastos - dos indivíduos como também das famílias - com as diferentes categorias de bens e/ou serviços. Ademais, sobre essa questão é pertinente mencionar a contribuição de Chenery (1950) sobre a influência da renda em diferentes padrões de crescimento industrial.

An increase in per capita income in a country is normally accompanied by a rise in the share of industrial output. The accepted explanation for this relationship is the change in the composition of demand, of which the decline in the share of food (Engel's Law) is the most notable feature. However, this over-all relationship does not necessarily apply to every individual country. Within limits, the changing composition of domestic demand can be offset through foreign trade. [... Because of the diversity of natural resources, we should not expect to find uniform patterns of growth in all countries (CHENERY, 1960, p.624).

Embora o Brasil seja um país dotado de recursos naturais abundantes e sua economia fora por séculos comandada pelo setor agroexportador, a sua industrialização, ainda que, tardia, engendrou num espaço de tempo relativamente curto significativas mudanças estruturais, tanto na sua estrutura produtiva como também na estrutura social.

Análogo à argumentação de Chenery (1950) há exatamente uma década antes, Clark (1940) já havia observado a ação exercida pelas variações da renda sobre a demanda e por consequência sobre a atividade produtiva.

Mr.Clark points out that there is a universal tendency food he manufacturing occupations to grow more rapidly than the agricultural and he correctly describes these phenomena to differences in the incomes elasticities of the various of com commodities and services (DOUGLAS, 1941, p.443).

De fato, à medida que aumenta a renda, o valor dos gastos de consumo também tendem a aumentar proporcionalmente, pois uma parcela da renda não gasta é poupada, além do que a mesma

não se distribui continuamente de forma homogênea entre as mais diferentes categorias de bens e serviços.

Assinala-se ainda, fato de que alterações provenientes de incrementos da renda são decisivas para modificar a quantidade demandada de mercadorias e serviços, tal como calculada pela elasticidade - renda da demanda

$$Ed = \frac{\Delta D/D}{\Delta Y/Y}$$

Em Que:

Ed: elasticidade - renda da demanda;

$\Delta D/D$: variação da quantidade demandada e $\Delta y/y$: variação de renda.

Assim, seguindo a explanação elaborada por Clark (1940)

[...] are to be found higher income elasticities for the produce of manufacturing industry, and higher still for services. With these universal forces constantly changing the structure of demand, it is not hard to find the basic reason for the steady shift of the working population from primary to secondary and from secondary to tertiary industries (CLARK, 1940, p.446).

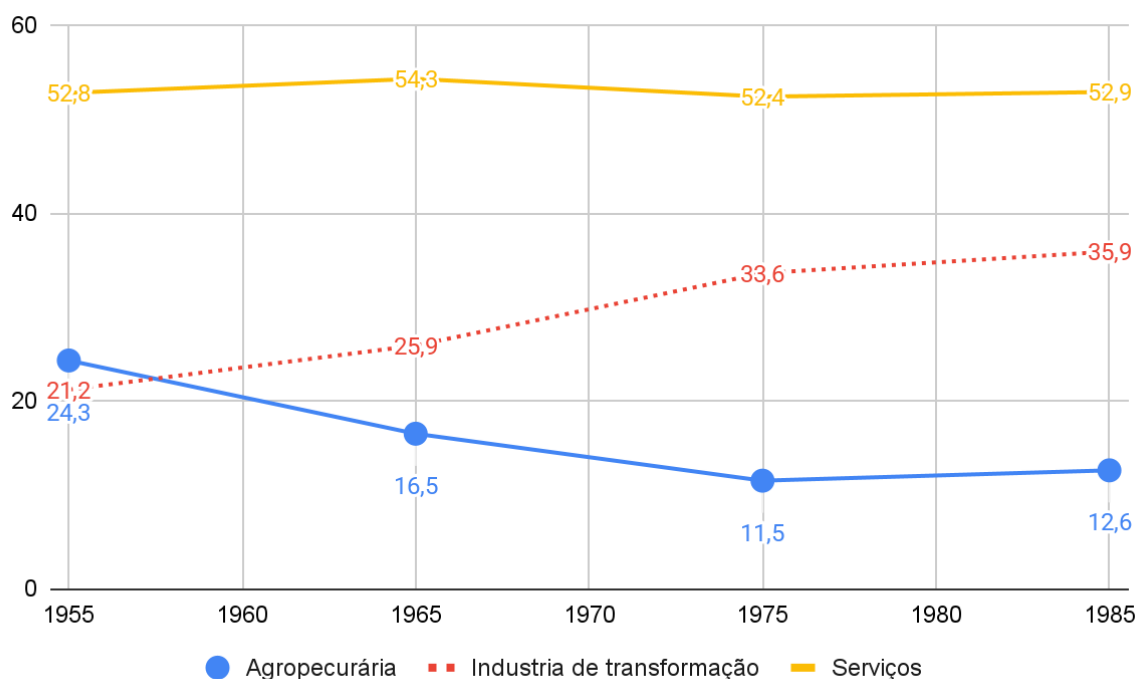
Furtado (200), citando Chenery (1960), assinalara que o destacado economista americano dedicado ao estudo da Economia do Desenvolvimento, baseando-se numa função de crescimento.

[...] ele deduziu duas elasticidades: [...]. A primeira seria a elasticidade-renda do crescimento da produção industrial, e a segunda seria a elasticidade- dimensão do mercado. Fazendo-se o valor adicionado na produção industrial igual a V_i , temos no primeiro caso $Y/V_i \Delta V_i / \Delta Y$. E no segundo $N/V_i \Delta V_i / \Delta N$ (FURTADO, 2000, p.245).

Tomando como referência a primeira expressão, qual seja, $\Delta V_i / \Delta Y$ e, baseando-nos nas séries históricas do IPEADATA, apuramos para os grandes setores de atividade econômica - agropecuária, indústrias de transformação e os serviços - seus respectivos coeficientes de elasticidade - renda de expansão do Valor Vale Adicionado, verificando assim, o que pode ter ocorrido com o desempenho daqueles mesmos ramos de atividade econômica. Sendo assim, constatamos para os anos de 1960 e 1970, os seguintes Valores: a) na agricultura houve redução de 1,036 para 0,694, b) na indústria registrou-se aumento de 1,594 para 2, 174 e c) no setor de serviços também se apurou elevação de

1,204 para 1,711 respectivamente. Podemos também vislumbrar a participação dos três grandes setores como porcentagem do PIB (a custos de fatores).

Gráfico 2: Participação no PIB (em %)



FONTE: IPEADATA, Elaboração dos autores

A partir de 1955, até o ano de 1985, enquanto a agropecuária inicia movimento contínuo de redução da sua participação no PIB, em sentido oposto, as indústrias de transformação e os serviços ampliaram a sua parcela de contribuição.

2.3 BRASIL, DA ESTABILIDADE DURADOURA À REPRIMARIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Ainda que, em décadas passadas significativas mudanças estruturais foram constatadas na economia do país, como composição setorial do PIB, na divisão do trabalho, nas exportações, na divisão de classes sociais etc., em outros aspectos não se alcançou o mesmo êxito, basta verificar que nos anos de 1970, 1980 e 1985, a componente de demanda agregada representada pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) que se elevava de 19,2% para 26,1% voltou a cair para 18,3% respectivamente. Em outros países, tais como China (continente); França; Alemanha; Itália; Japão; México; República da Coreia e Estados Unidos, no ano de 1985, registrou-se percentuais mais elevados, sobretudo nos países asiáticos (UNSD).

Entretanto, em se tratando da participação no Valor Adicionado por Atividade Econômica de acordo com um conjunto selecionado de dezoito países desenvolvidos e emergentes⁸ no ano de 1985, o Brasil destacava-se entre os demais ao registrar 31,6% de participação da manufatura.

No entanto, à exceção da China (continente) e da Índia, o PIB per capita brasileiro (em Dólares Americanos) no ano de 1980, situava-se bem abaixo dos demais países, aproximando-se com os seus US\$ 1.441 apenas da América Latina e Caribe US\$ 2.169 e da República da Coreia US\$ 1.713 (UNSD).

Tomando ainda como parâmetro os mesmos países mencionados, no ano de 1980, notadamente em respeito à distribuição percentual do PIB por Despesa, o Brasil superou os demais em virtude da elevada participação de despesa de consumo das famílias que alcançou 82,2%, bem próxima da Índia com 78,8% (UNSD).

Além do baixo percentual do PIB destinado ao investimento, cabe acrescentar que no mencionado ano, também era reduzida a contribuição do setor externo da economia do país na composição do produto total, visto que, atingira 9,1%, conquanto a República da Coreia alcançará 28,4%.

Após uma década de instabilidade macroeconômica provocada pela crise de endividamento externo, inflação alta e baixo crescimento econômico, o elevado passivo externo levou o governo brasileiro a recorrer ao FMI para obter empréstimo necessário para cobri-lo.

Comparando as taxas médias anuais de crescimento - variação real anual a preços de mercado - do PIB total e dos grandes setores da economia brasileira nas décadas de 1970 a 1990, constatamos que o ciclo de expansão da economia a taxas mais elevadas encerrou-se já no início dos anos 1980.

Tabela 13: Taxas médias anuais de variação real do PIB (em%) no Brasil - 1970, 1980 e 1990.

Ano	Taxas médias anuais de variação real do PIB			
	Total	Agropec	Ind.Transform.	Serviços
1970	8,8	4,4	9,3	8,5
1980	3,0	3,9	1,9	3,8
1990	1,7	2,6	-0,0	1,7

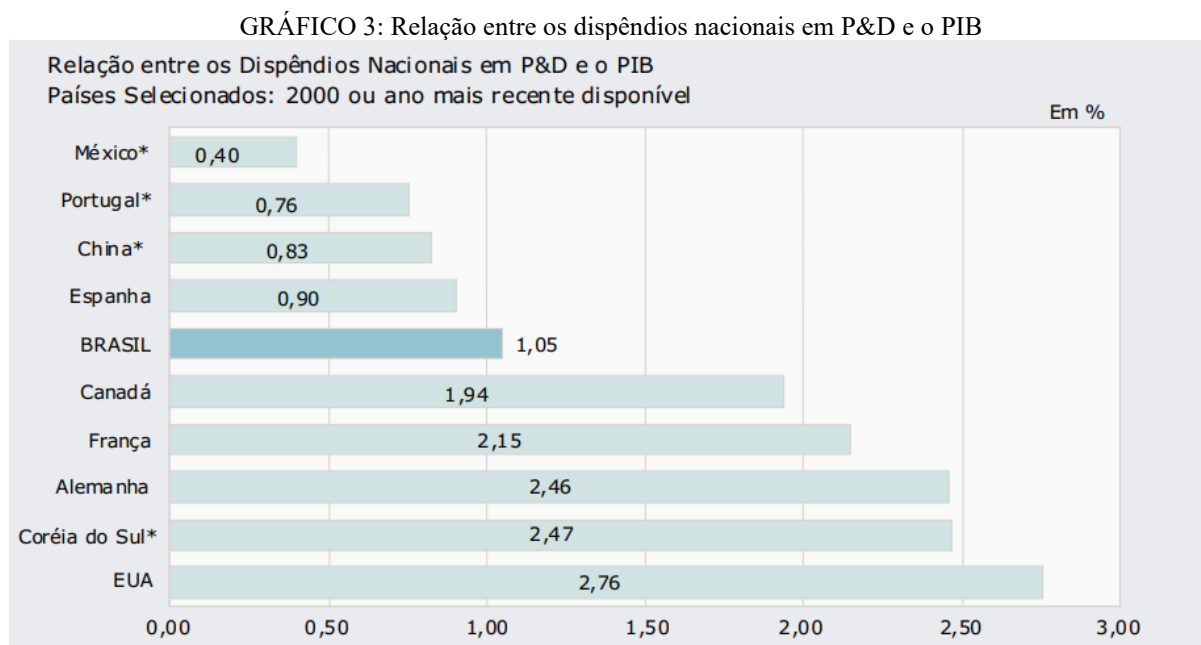
FONTE: IPEADATA, Elaboração dos autores

Ao concluir uma década de ascensão excepcional, as indústrias de transformação ingressaram num ciclo de estagnação, obsolescência, acrescido de baixo volume de investimento em novos equipamentos, tecnologias mais atualizadas de produção inclusive ferramentas mais avançadas

⁸ Países Selecionados: Ásia, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, China (continente), Europa, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, América Latina e Caribe, México, Europa do Norte, República da Coreia, Rússia e Estados Unidos.

empregadas no processo de produção como CQT (Controle de Qualidade Total), CAD/CAM (Computação Aplicada em Design e Manufatura), Just in Time (JIT empregado no controle de estoque), entre outras. Cabe incluir também, que, concomitante a essas técnicas incorporadas ao circuito da produção manufatureira, surgiram nos países industrializados e desenvolvidos como EUA, Japão, Alemanha, Itália, etc., novas formas de organização do trabalho e de organização industrial a exemplo dos Novos Distritos Industriais na Itália, dos Clusters na Alemanha e nos EUA, entre outros. Ademais, os países diretamente envolvidos na Segunda Guerra Mundial- Alemanha, EUA, França, Inglaterra, Itália, Japão etc. - já destinavam há mais tempo parcela do PIB nos dispêndios em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), motivo pelo qual, suas respectivas indústrias de transformação tornaram-se globalmente mais competitivas, destacando-se entre as economias de maior representatividade no Valor Adicionado da Manufatura Mundial (UNIDO), como também aquelas que detinham maior participação no comércio internacional de mercadorias e serviços.

No ano de 2000, comparativamente a países como México, Portugal, China e Espanha, o Brasil estava à frente desses países quanto ao percentual do PIB destinado aos gastos em P&D, no entanto, em relação a outros países como Canadá, França, Alemanha, Coreia do Sul e EUA, a situação do país era bem diferente.

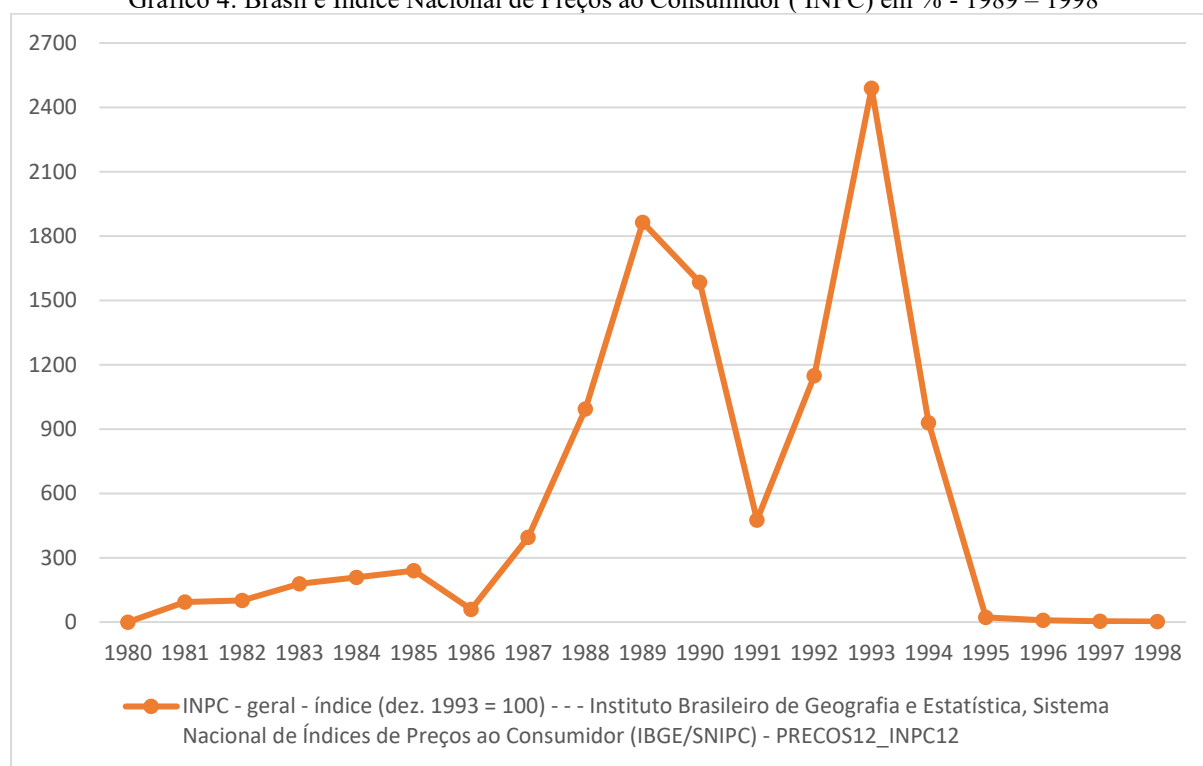


FONTE: MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Após várias tentativas fracassadas para estabilizar a economia brasileira- durante a década de 1980 -, não bastasse o baixo crescimento econômico, a queda no volume de importações, o reduzido percentual destinado aos gastos com Ciência e Tecnologia (C&T) e com Pesquisa e Desenvolvimento

(P&D) que comprometeram a modernização do parque produtivo nacional e a sua competitividade, o país inicia a última década do século XX encerrando período marcado por inúmeras medidas de estímulo às exportações e restrições às importações, substituindo o Planejamento de Longo Prazo pelas políticas de curto prazo, ou de estabilização da economia. Além disso, a proteção concedida à indústria nacional na década de 1980, fora adotada para gerar superávit comercial exigido pelo FMI como contrapartida pelo crédito concedido ao governo brasileiro em decorrência do seu endividamento externo⁹. Embora tal medida tenha contribuído decisivamente para a produção de superávit comercial entre 1981 até 1994, a contenção das importações acabaram retardando a atualização do aparelho produtivo, sobretudo as indústrias de transformação com deficiências competitivas mais acentuadas. Como se não fosse suficiente, a tentativa de conter a inflação no primeiro governo civil (José Sarney) mediante a adoção de um choque heterodoxo protagonizado pelo Plano Cruzado baseado no congelamento de preços, alcançou o seu limite ao final de 1986, daí em diante, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) voltou atingir patamares típicos de hiperinflação.

Gráfico 4: Brasil e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em % - 1989 – 1998



Fonte: IPEADATA: Taxa de variação

⁹ Entre as medidas adotadas pelo governo central para estimular as exportações incluem os incentivos fiscais, a baixíssima cotação do cruzeiro (CR\$ / US\$), o aumento das alíquotas de importação, a Lei de Reserva de Mercado e a Lei de Similaridade Nacional etc.

O final da década de 1980 e a chegada do novo século, principiaram uma nova etapa para a economia brasileira, tendo em vista sua transição de um ciclo de instabilidade macroeconômica - baixo crescimento econômico, endividamento externo, inflação crônica, economia fechada sob excessiva proteção governamental - para uma economia edificada pela estabilidade duradoura, menor ingerência do Estado na economia, maior abertura comercial e financeira, como também da substituição do modelo keynesiano pelo dogma neoliberal.

Assim, a erradicação da inflação crônica através da preservação da estabilidade duradoura do nível geral de preços, consolidada com a implantação da nova moeda denominada Real (Plano Real), sem dúvida, trouxe a inflação para níveis compatíveis aos das economias desenvolvidas do Primeiro Mundo. Assim, concomitante à criação da mencionada moeda, várias medidas de políticas econômica foram adotadas, entre as quais, destacamos: inserir o país na economia global, promover maior abertura comercial e financeira da economia, remover a proteção concedida principalmente às indústrias, reduzir tarifas de importação, adotar o regime de câmbio fixo (R\$/ US\$), redimensionar o tamanho e as funções do Estado mediante processo de desestatização, etc.

No intervalo compreendido entre 1995 até 1998, a taxa média anual nominal de câmbio (R\$/US\$) oscilou entre 0,9715 e 1,2087, conquanto a balança comercial acumulou déficit. A taxa de juros Selic, ainda que tenha sido vertiginosamente reduzida de 1.153,62%a. a. em 1994, para 28,79% a.a. em 1998¹⁰, não impediu a redução da taxa anual de crescimento do PIB, visto que, no mesmo período de tempo, o Brasil acumulou uma taxa média anual de 2,4% a.a., contra 9,5% da China, América Latina e Caribe 3,1%, República da Coreia 4,6% e o Mundo que atingiu 3,3%¹¹.

Em relação ao PIB per capita a taxa média anual de crescimento foi de 0,9% no Brasil, 8,6% na China, 1,5% na América Latina e Caribe, 4,0% na República da Coreia e de 1,9% na economia mundial¹². Como não bastasse, a Dívida Pública total em porcentagem do PIB - Dívida Líquida do Governo Federal, Banco Central, Estados, Municípios e Empresas Estatais - aumentou 32,3% em jan./94, para 59,9% em dez/02, enquanto a Dívida Líquida do Setor Público Total do Governo Federal e do Banco Central passou de R\$ 7.196 bilhões para R\$560,87 bilhões, respectivamente¹³.

[...], passados quase cinco anos desde o lançamento do Plano Real, o governo Cardoso não conseguiu produzir contas públicas estruturalmente equilibradas, que pudessem ancorar a moeda nacional em lugar do dólar. Colheu esse resultado sem desvio significativo em relação ao neoliberalismo brasileiro que, desde o Plano Real, dominou a administração da política monetária e cambial mesmo que alguns dos seus custos se tornassem cada vez mais evidentes - crescimento medíocre, privilegiamento dos rendimentos financeiros, desnacionalização da

¹⁰ BACEN

¹¹ UNSD

¹² UNSD

¹³ BACEN

economia, intercâmbio cronicamente deficitário com o Exterior e, por fim, alto desemprego (SALLUM JR, 1999, p.40)

A engenharia aplicada para estabilizar o nível geral de preços foi exitosa por ter estancado a hiperinflação e estabilizá-la à níveis mais próximos das economias avançadas, contudo, o longo período no qual a moeda, ou seja, a taxa de câmbio ficou sobrevalorizada em relação ao dólar norte-americano (R\$/US\$) os produtos brasileiros encareceram, conquanto os importados ficaram mais baratos e com redução das alíquotas de importação, a oferta interna, sobretudo de bens manufaturados, fora, em boa medida, substituída por bens importados. Com o aumento das importações de mercadorias a preço mais competitivos combinados com as dificuldades para exportar, a oferta interna de bens recuou ao ponto de aumentar significativamente a taxa de desemprego.

TABELA 14: Brasil segundo taxa de desemprego: 1985, 1990, 1995 e 2000

Ano	Taxa de desemprego anual (em %)
1985	5,3
1990	4,3
1995	4,6
2000	7,1

FONTE: IBGE / PME, ELABORADA PELOS AUTORES

*PME: Pesquisa Mensal de Emprego - Metodologia Antiga.

Convém assinalar que, embora o grau de abertura da economia brasileira¹⁴ tenha alcançado média anual de 16,7% na década de 1980 e, de 13,6% na década de 1990 a combinação da apreciação cambial, da elevação da taxa de juros (SELIC), da redução das alíquotas de importação e do aumento da carga tributária global dificultaram sobremaneira as exportações, conquanto o aumento das importações contribuiu para a substituição da produção interna por mercadorias provenientes de outros países. Dessa maneira, com o propósito de se adequar à nova conjuntura imposta pela estabilização de preços associada a uma maior exposição à concorrência global, como reação adaptativa coube ao setor produtivo, especialmente às indústrias de transformação, dar impulso a um amplo e profundo processo de reestruturação produtiva.

Esse mesmo expediente baseou-se na redução do tamanho do Estado mediante a privatização de empresas estatais, da aquisição de empresas privadas nacionais pelo capital estrangeiro, dos processos de fusões e aquisições, das mudanças introduzidas nos processos de gestão administrativa e produtiva, de novos formatos de organização industrial, do movimento de realocização industrial

¹⁴ De acordo com o MDIC, o grau de abertura da economia resulta da participação da corrente de comércio em relação ao PIB.

cujo propósito era obter vantagens suscetíveis de reduzir os custos de produção, tais como, mão-de-obra mais barata e não sindicalizada, incentivos fiscais, proximidade de portos etc. Assim, com o deslocamento de inúmeras empresas pelas mais diferentes localidades do país, ainda que tênue, ocorreu uma desconcentração da atividade industrial, alterando a geografia da produção e do emprego industrial.

Tabela 15: Brasil, Unidades da Federação, segundo Pessoal Ocupado e VTI (em %) - 1996 e 2007

Brasil e Unidades da Federação	PO* (%)		VTI** (%)	
	1966	2007	1966	2007
Brasil	100,0 0	100,0 0	100,0 0	100,0 0
Minas Gerais	6,52	10,29	5,60	10,13
Rio de Janeiro	6,39	5,26	6,75	7,51
Guanabara	10,37	-	10,43	-
São Paulo	49,65	36,50	58,09	42,71
Paraná	3,47	8,11	3,15	7,43
Santa Catarina	3,54	8,14	2,07	4,95
Rio Grande do Sul	7,74	9,37	6,10	7,33

FONTE: IBGE/PIA, Elaborada pelos autores.

*P. O - Pessoal Ocupado em 31/12 - Indústria Transformação

** V.T.I - Valor da Transformação Industrial

Decorridas pouco mais de quatro décadas, verificamos que, no ano de 1966, os estados integrantes do Sudeste - Sul, respondiam por 87,6% do total de pessoas ocupadas e por 92,2% do VTI, revelando dessa forma o caráter concentrador do processo de industrialização do país, acentuando assim o problema dos desequilíbrios regionais. Já no ano de 2007, as mesmas duas grandes regiões da federação brasileira detinham 77,7% do total de pessoas formalmente ocupadas e 80,1% do VTI, refletindo desse modo, nítido movimento de desconcentração industrial iniciado na década de 1970.

Entre as décadas de 1950 até 1970, a participação mais expressiva da liderança exercida pelo governo brasileiro em parceria com os empresários nacionais e estrangeiros, deu impulso mais acelerado à modernização da economia nacional através da industrialização substitutiva de importações, período no qual o grande setor de manufatura conseguiu avançar de modo a ocupar vários espaços até então não ocupados designados a produção de diferentes categorias de bens. Mesmo assim, o país ainda importa em menor porcentagem bens de consumo (duráveis, não-duráveis e semiduráveis) e bens de capital, e em maior porcentagem a categoria de bens intermediários.

Num breve retorno ao passado, Baer (1988) revelava-nos que as importações brasileiras como porcentagem da oferta total de bens de capital reduziram de 59,0% em 1949 para 13,7% em 1966, de bens intermediários de 25,9% para 6,8% e de bens de consumo de 10,0% para 1,6%. No entanto, registros estatísticos mais recentes mostram-nos que como percentual do total das importações, as

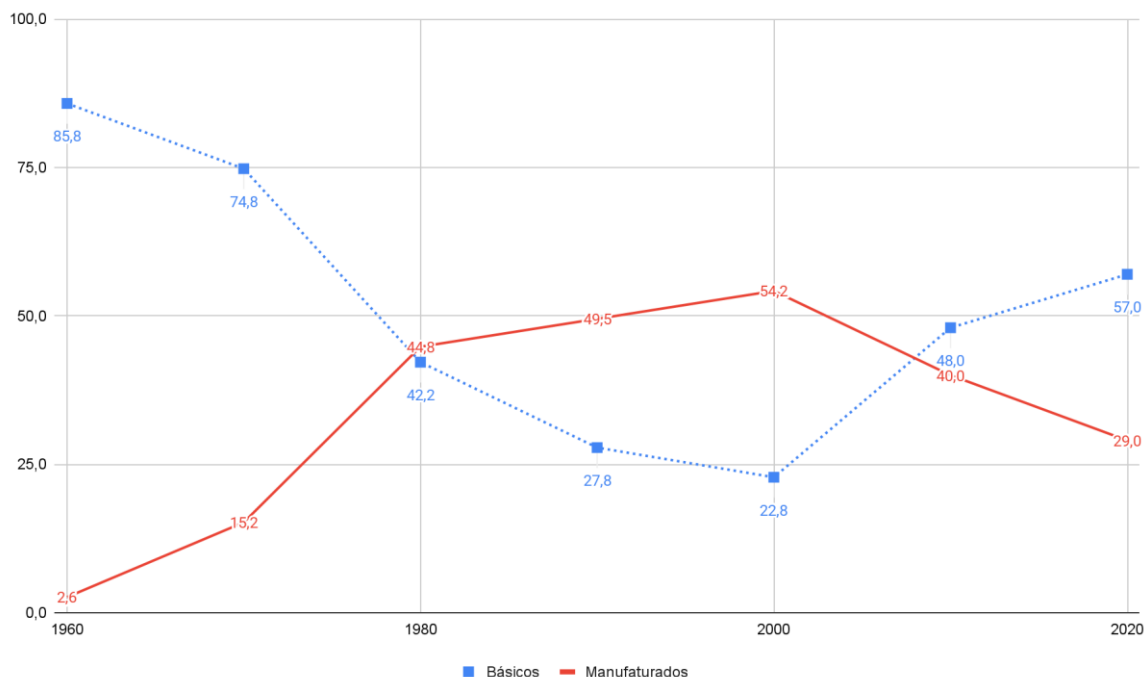
mesmas categorias de uso, descreveram trajetórias bem distintas, pois, os bens de consumo aumentaram de 11,8% em 1990 para 17,2% no ano de 2020, os bens de capital de 18,6% atingiram 16,2%, já a categoria de bens intermediários ficou praticamente estável em torno de 66,9% e de 66,6%, respectivamente.

Esgotado o ciclo de crescimento econômico robusto da década de 1970, a economia brasileira, assim como o grande setor da indústria de transformação, enfrentariam uma conjuntura econômica de acentuada instabilidade e de significativo protecionismo patrocinado pelo Estado, contribuindo decisivamente para a estagnação da economia e para o atraso e obsolescência da manufatura, tendo em vista, o fato de que as nações mais avançadas já haviam incorporado as novas tecnologias advindas da Terceira Revolução Industrial.

Levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda Revolução Industrial. Quando tudo dava a impressão de estarmos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial. A aplicação da microeletrônica a um conjunto de produtos e serviços agrupou indústrias, setores e segmentos, formando um complexo eletrônico intra-articulado pela tecnologia da informação. [...]. É desse complexo eletrônico-mecatrônico que vem e virá o dinamismo das economias desenvolvidas (CARDOSO DE MELLO, 2016, p.59).

Essas mudanças não só alterariam profundamente a composição da estrutura industrial e, por consequência os empregos, como também, a distribuição do Valor da Transformação Industrial e do comércio internacional, além do que, por esta via de escoamento de produtos e serviços ofertados por todas as nações, sua taxa de crescimento superou a taxa média anual de crescimento do produto total da economia mundial. Por outro lado, a estrutura do comércio mundial baseou-se numa pauta mais concentrada em mercadorias de maior composição tecnológica. Em relação às exportações brasileiras, após um longo período no qual a liderança do país esteve sob o protagonismo do setor primário ou ainda, dos produtos básicos, já na década de 1980, até o início do século XXI, ocorrera uma inversão na pauta exportada, uma vez que, os produtos primários iniciavam movimento descendente, enquanto os bens manufaturados ao contrário, descreviam movimento ascendente.

Gráfico 5: Brasil segundo exportação por fator agregado (em %) - décadas de 1960 até 2020



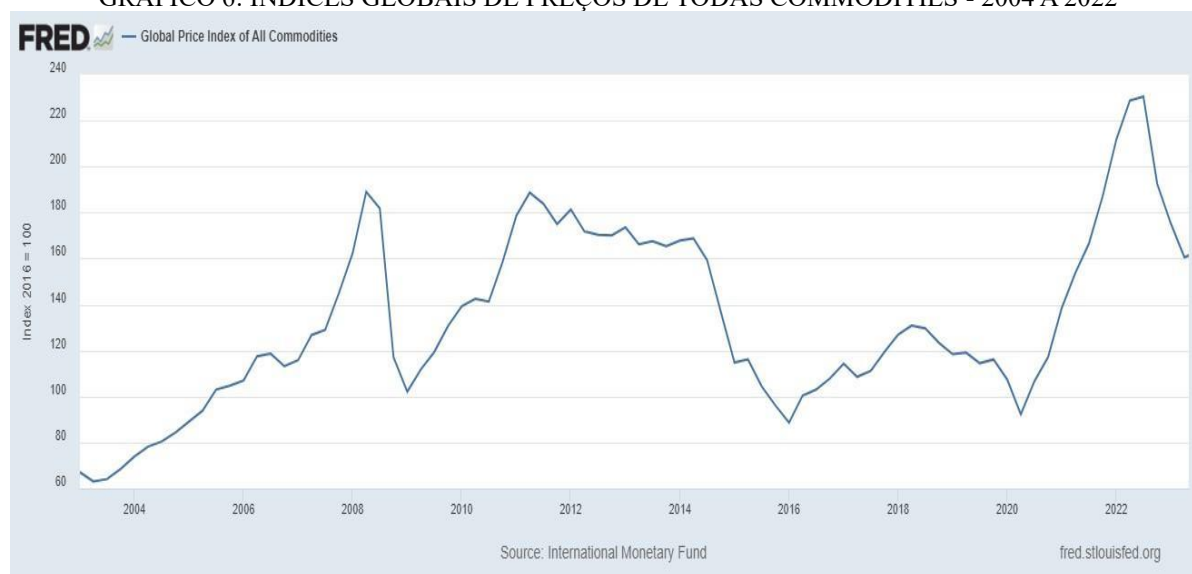
FONTE: MDIC, BACEN, Elaboração dos autores

De acordo com o Banco Central (BACEN), em relatório relacionado ao desempenho das exportações regionais brasileiras, entre os anos de 2000 a 2020, constatou-se, que ocorrera uma inflexão na pauta e na geografia dos produtos destinados ao mercado externo do país.

Ao longo das últimas duas décadas, as exportações brasileiras apresentaram expressivo crescimento em contexto de transformação na composição de sua pauta e de seus mercados de destino. Uma importante consequência desse processo foi a desconcentração regional das exportações, com aumento da participação das regiões Centro-Oeste e Norte e redução das regiões mais industrializadas (Sudeste e Sul). [...]. O crescimento das vendas de produtos básicos (11,9% a.a.) foi determinante para a expansão das exportações nas últimas duas décadas. Em sentido oposto, entre 2010 e 2020, o baixo dinamismo das vendas de manufaturados, que recuaram 23,4% em valor, na comparação entre os extremos, explica, em boa medida, a menor expansão das vendas externas (BACEN, 2021 .64).

De acordo com informações do Ministério da Economia, entre os principais produtos exportados pelo Brasil destacaram-se percentualmente: minério de ferro e seus concentrados (16%); soja (14%); óleos brutos de petróleo (11%); açúcares e melaços (3,3%%); carne bovina (2,8%); farelo de soja e outros alimentos para animais (2,8%); óleos combustíveis de petróleo ou de minerais (2,6%); carne de aves (2,5%); celulose (2,4%); e, produtos semiacabados e outras formas primárias de ferro ou aço (2,3%) perfazendo assim quase 60% do total das exportações do país.

GRÁFICO 6: ÍNDICES GLOBAIS DE PREÇOS DE TODAS COMMODITIES - 2004 A 2022



FONTE: International Monetary Fund

Apesar das oscilações dos preços internacionais de todas as commodities, a inversão ocorrida nas exportações brasileiras sobretudo de 2011 em diante beneficiou tanto atividade agropecuária como também a indústria extrativista mineral, tanto que, ambos setores cresceram (índice real base 2010 = 100) acima da indústria de transformação.

Quanto ao destino das exportações, entre os principais importadores sobressaem: China, EUA, Argentina, Holanda; Holanda; Chile; Singapura; Coreia do Sul; México; Japão e Espanha, sendo que a China respondia por 31,1% das exportações totais do país (Ministério da Economia 2022).

Por outro lado, embora as exportações baseadas em commodities tenham contribuído para o crescimento econômico e para a produção de superávits comerciais, além de reduzir a taxa de desemprego, tal ocorrência revelou em certa medida uma ambiguidade do desenvolvimento econômico brasileiro.

A economia brasileira se nutriu momentaneamente desse ciclo asiático, sustentando expressivos superávits comerciais, o que aliviou e estabilizou o balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que aprofundou os atávicos dilemas dos processos de desenvolvimento dependente e a expansão dos setores primários baseados em recursos naturais da economia (TRINDADE & OLIVEIRA, 2017, p.1080).

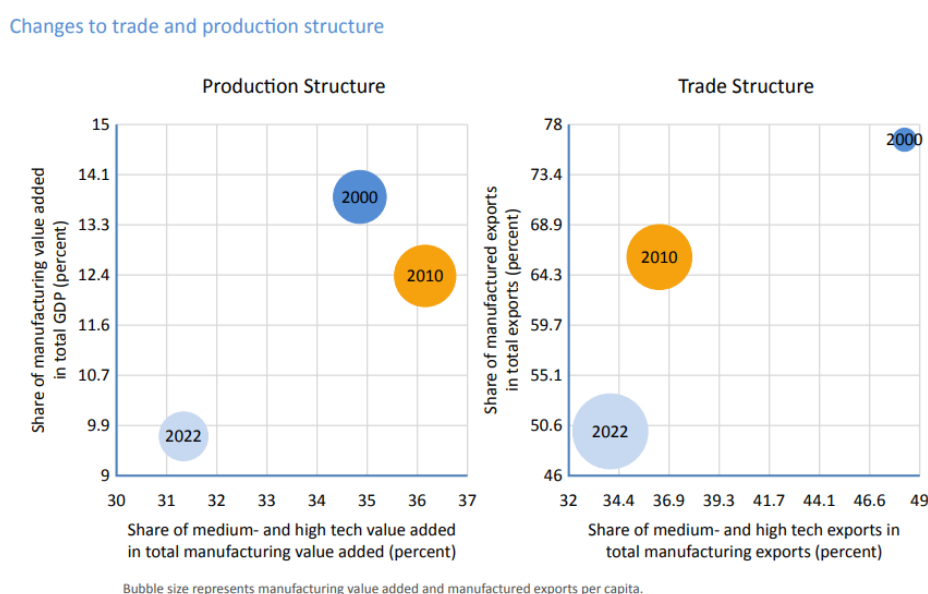
Além disso, de 1950 até a década de 1980, verificou-se uma progressiva participação da indústria de transformação do PIB nacional concomitante a contínua, porém em menor porcentagem a indústria extrativa, todavia, em virtude de uma variada gama de fatores, a partir da década de 1990, ainda que, abaixo de 3%, a indústria extrativa ganhava participação em detrimento da IT, pois, a mesma passou a responder por apenas 12,3% do produto total da economia brasileira (IPEADATA).

Do mesmo modo, diminuiu a participação da manufatura brasileira como porcentagem do Valor Adicionado da manufatura global. Ademais, enquanto a participação conjunta da agricultura e da indústria em geral no total de empregos formais em 2021, comparativamente ao ano de 2005, reduziu, em sentido oposto, aumentou a dos serviços (UNSTATS-YEARBOOK 2023.).

Acrescenta-se ainda, o fato de que os investimentos destinados às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) situavam-se em níveis muito baixos comparados aos de outros países, haja visto que, nos anos de 2005 e 2020, no Brasil, aumentaram de 1,0% para 1,2%, na China de 1,3% para 2,4%, em Israel cresceram de 3,9% para 5,4% e, na Coreia do Sul de 2,5% para 4,8% (UNSTATS - YEARBOOK, 2023)

É proveitoso assinalar também que, apesar da estrutura da indústria de transformação ter sido modificada ao longo do tempo, principalmente devido a gradativa diminuição da participação no VTI das indústrias tradicionais e aumento da contribuição das indústrias dinâmicas, mesmo assim, constata-se redução da sua contribuição na composição do produto total da economia do país, como inclusive na manufatura mundial.

FIGURA 1: BRASIL SEGUNDO VALOR ADICIONADO E EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA



FONTE: UNIDO, COMPETITIVE INDUSTRIAL PERFORMANCE INDEX 2023.

As duas ilustrações retratam com nitidez o retrocesso vivenciado pela manufatura brasileira enquadradas nas classes de alta e média-alta tecnologia, tanto em relação às suas participações na estrutura do Valor Adicionado como inclusive em porcentagem do total das exportações brasileiras de

manufaturados, reforçando assim, a perda de competitividade internacional em produtos de maior Valor agregado e de maior composição tecnológica.

Tabela 16: Brasil participação relativa no VTI por grupos segundo a Intensidade Tecnológica 2008 e 2018

Grupos	2008	2018
Baixa	30,95	37,74
Média-baixa	34,22	31,95
Baixa + Média - baixa	65,17	69,69
Média - alta	29,12	24,84
Alta	5,71	5,47
Média - alta + Alta	34,83	30,31
Total	100,00	100,00

FONTE: RIBEIRO; CARDOZO; MARTINS (2021), Adaptada pelos autores.

Entre outras explicações, podemos dizer que a participação dos grupos de atividades da indústria de transformação de média-alta e de alta tecnologia, além de reduzido em comparação com outras economias emergentes e desenvolvidas, retraiu-se em 2018, em certa medida em virtude da instabilidade da própria economia brasileira como também da economia global, no entanto, não devemos negligenciar o fato de que, tanto o governo federal, principalmente, como o setor privado, salvo as excepcionalidades, destinam parcelas um tanto reduzidas de recursos humanos e financeiros às atividades de C&T e de P&D. Basta consultar relatório publicado pelo Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação (MCTI - 2022), para verificar que entre quinze países selecionados, quanto aos pedidos e Concessões de Patentes junto ao Escritório Americano de Marcas e Patentes (USPTO), no período compreendido entre 2000 a 2021, o Brasil só superava a África do Sul, Argentina e Rússia, enquanto em ordem decrescente, os países que detinham os mais elevados quantidades eram os EUA, Japão, China e Coreia do Sul. O mesmo relatório destacara para o mesmo grupo de países - incluindo Canadá, México e Portugal - em relação aos dispêndios em P&D como porcentagem do PIB, que em 2019, a exceção da África do Sul, Argentina, México e Rússia, o país registraram os menores valores sendo que os percentuais mais elevados foram computados em Israel, Coreia do Sul, Alemanha, EUA e Japão. Em relação ao número e percentual de empresas industriais sediadas no Brasil que efetuaram atividade contínua em P&D, aumentou de 72.006 em 2000 para 102.514 em 2017, contudo em porcentagem passou de 4,4% para 4,6% (MCTI-2022). Finalmente, no âmbito da indústria, verificou-se que em porcentagem as empresas que implementaram inovações registraram os seguintes valores: em produtos, de 17,6% em 2017 alcançaram 18,3% em 2017 e, em processo de 25,2% atingiram 28,8%, perfazendo desse modo um incremento da taxa de inovação de 31,5% para 33,9%, respectivamente, segundo a supra citada fonte.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do século XIV, navegadores portugueses empreenderam longa jornada que rendeu-lhes o descobrimento do maior país da América Latina, o Brasil. Desde então, do século XV ao início do século XVIII a economia brasileira ficara subordinada ao comando da coroa portuguesa, além do que, por diversos motivos, tais como a concentração da propriedade rural e da renda, trabalho escravo, limitado tamanho do mercado doméstico de consumo etc., dificultariam mais adiante a implantação de determinados empreendimentos industriais, principalmente aqueles que dependiam de escala econômica de produção suscetível de otimizar a utilização da capacidade produtiva instalada.

Mesmo assim, a articulação do Estado com o empresariado nacional e com o capital estrangeiro fora decisiva para a edificação do capitalismo industrial brasileiro, o qual, por seu turno superou alguns óbices que travaram seu próprio desenvolvimento conformando dessa maneira o surgimento de uma complexa estrutura industrial. Dessa maneira, consideráveis mudanças foram registradas na economia do país, a exemplo da composição setorial do produto e do emprego, da divisão técnica do trabalho, da redução das importações e aumento progressivo das exportações de manufaturados das mudanças na estrutura das indústrias de transformação, entre outras.

Ao esgotar o ciclo de crescimento econômico robusto da década de 1970, a economia brasileira incursionou numa etapa caracterizada pela volatilidade macroeconômica provocada pela crise de endividamento externo, pela inflação crônica e imanente, pela estagnação econômica, como também, pela imperiosa necessidade de coibir as importações e estimular as exportações com vista à geração de superávit comercial necessário para cumprir como as exigências do seu principal credor, o FMI. Para tanto, o governo federal brasileiro concedeu maior proteção à indústria nacional através de vários estímulos, o que contribuiu para que a balança comercial obtivesse superávit comercial ao longo da década de 1980, contudo as restrições prescritas às importações acabaram comprometendo os investimentos destinados à modernização/atualização tecnológica do parque industrial brasileiro, motivo pelo qual, sua obsolescência e deficiências converteram-se em graves óbices à sua competitividade internacional.

Outrossim, a última década do século XX encetara uma nova fase da economia brasileira e, por sua vez, para o seu desenvolvimento embora às custas de profundas vicissitudes gestadas pela abertura comercial e financeira, pela remoção da proteção concedida à indústria, pela sobrevalorização cambial decorrente da reforma monetária e da política de estabilização dos preços (inflação), redução das alíquotas de importação e, ainda pela adesão ao receituário neoliberal a exemplo da adoção das metas fiscal e da inflação e o redimensionamento do Estado.

Isto posto, coetânea a essas mudanças, principalmente a indústria de transformação – como também os demais setores de atividade econômica – passou por um acentuado procedimento de reestruturação produtiva, o qual, entre outras razões, culminou com a progressiva e cadente desindustrialização da economia brasileira.

Por seu turno, já no primeiro decênio do século XXI, com a expansão da demanda internacional e da elevação dos preços internacionais das commodities agrícolas e minerais, o setor externo da economia brasileira sofreria nova inflexão na sua pauta exportadora tendo em vista o aumento da participação dos produtos básicos em detrimento dos produtos manufaturados.

Adita-se ainda, o fato de que, simultaneamente à redução da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro e no Valor Adicionado da Manufatura (MVA) mundial, os gêneros industriais de baixa e média-baixa intensidade tecnológica respondiam por percentuais mais elevados no valor da transformação industrial (VTI) e nas exportações de bens industrializados em detrimento de uma menor participação dos bens/setores industrializados de alta e média-alta composição tecnológica.

Enfim, diante das argumentações e dos fatos apresentados podemos verificar que o desenvolvimento econômico brasileiro se caracteriza por descrever um movimento pendular, isto é, ora avança, ora retrocede.

REFERÊNCIAS

- SMITH, Adam. A Riqueza das nações. Tradução: Alexandre Amaral Rodrigues; Eunice Ostrensky. - São Paulo: Martins Fontes (VOL 1) , 2003.
- DOBB, Maurice. A evolução do Capitalismo. Tradução: Manuel do Rego Braga. -9ed -Rio de Janeiro, RJ: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1987.
- SOUZA, Nali de Jesus de Desenvolvimento Econômico - 5.ed - São Paulo: Atlas, 2005.
- STEINDL, Josef. Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano. Tradução de Leda Maria Gonçalves Maia. -São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas)
- CAMARGO NETO Fernão Pompeo de. O trato às margens do pacto. -Campinas, SP: UNICAMP - Tese (Doutorado, 2001).
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI. -2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MENEZES, Albene Miriam F. [et al.]. 20 anos da SECEX e 200 Anos de Comércio Exterior. -1 ed. - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC, 2010.
- ABREU, MARCELO DE PAIVA. O Brasil Império e a economia mundial. -Rio de janeiro, RJ: PUC - RIO, Departamento de Economia, TD N 662, 2017. www.econ.puc-rio.br
- IPEADATA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - Banco de Dados Agregados.
- AVAKOV, Aleksandr Vladimirovich. Two thousand year of economic statistic: Population, GPD at PPP, and GPD per capita - New York: Algora Publishing, 2015. Years 1 to 2012, Volume 1. <https://books.google.com.br/books?id=UPyBwAAQBAJ&pg=PA15&/pg=PA15&dg>
- BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. -14 Edição - Petrópolis: VOZES, 1995.
- BAER, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. -7 edição - Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Estatísticas do Século XX.
- ROSENSTEIN - RODAN, Paul Narcyz. Problems of industrialisation of Eastern and South - Eastern Europe. - United Kingdom: The Economic Journal: Royal Economic Society by Oxford University Press, Vol 53, N 210/211, Jun - Sep, 1943. <https://www.jstor.org> Sun Oct 21.09.20:51 2007
- KUZNETS, Simon Smith. Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão. Tradução de Benedicto de Carvalho. -São Paulo. Abril Cultural, 1983. (Os economistas)
- BARAN, Paul Alexander. A Economia política do Desenvolvimento. Tradução de S.Ferreira da Cunha. -São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os economistas).

FURTADO, Celso. O mito de desenvolvimento econômico. -4 edição- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NURKSE, Ragnar. As dimensões do Mercado e o Incentivo à Inversão. -Rio de Janeiro: RBE- Revista Brasileira de Economia, v.5 n.4 (1951). <https://periodicos.fgv.br/rbe>

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. -3.ed.- São Paulo: Global, 2015.

FURTADO, Celso. O capitalismo global.- São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; LAMÔNICA, Marcos Tostes. -Paraná: Economia & Tecnologia - UFPR, Ano 05, Vol. 18 - julho/setembro de 2009

EVANS, Peter. A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Tradução Waltensir Dutra.- 2 edição- Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1982.

PINTO, Aníbal. Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina. Ricardo Bielschowsky (org.) Tradução de Vera Ribeiro - Rio de Janeiro: Record Cepal/Cofecon, Vol.2, 2000.

CHENERY, Hollis B. “Padrões de Crescimento Industrial. The American Economic Review, vol.50, n.4, 1960. TSTOR, <http://www.jstor.org/stable/1812463>. Acesso em 21 nov 2023.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico 10 ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DOUGLAS, Paul H. The Conditions of Economic PROGRESS, by Colin Clark.- Journal of the American.

Statistical Association, vol.36, n.215, 1941, JSTOR. <https://doi.org/10.2307/2279632>. Acesso em 22 nov 2023

CLARK, Colin, M.A. The Conditions of Economic Progress.- MACMILLAN AND CO., Limited ST. MARTINS STREET, LONDON, 1940.

C://users/familia/desktop/2015.13974.The-Conditions-Of-Economic.Progress.pdf. Acesso em 22 nov 2023.

UNSD- United Nations Statistical Division. unstats.un.org/UNSDWebsite

UNIDO- United Nations Industrial Development Organization. www.unido.org/statistics

MCTI- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. <https://www.gov.br/mcti/pt-br>

BACEN- “Concentração das exportações brasileiras por país de destino: Uma abordagem regional”- Brasília DF: Banco Central do Brasil, Boletim Regional, fev.2021
<https://www.bcb.gov.br>

SALLUM JR, Brasília. O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e desenvolvimento- São Paulo: USP: Tempo Social; Rev. Socioal., 11(2), fev. 2000.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços.
<https://www.gov.br/mdic/pt-br>

MELLO, J.M.C. Consequências do neoliberalismo. -Campinas, SP: Economia e Sociedade, v.1, n.1, 2016. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643409>. Acesso em: 31 dez. 2023.

IMF- International Monetary Fund <https://www.imf.org>

TRINDADE, José Raimundo; OLIVEIRA, Wesley Pereira de Padrão de especialização primário-exportador e dinâmica de dependência no período 1990-2010, na economia brasileira.- Porto Alegre, RS: Ensaios FEE, v.37, n.4, mar. 2017.

RIBEIRO, C.G; CARDOZO, S.A; & MARTINS, H. Dinâmica regional da indústria de transformação no Brasil (2000-2017) - Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V.23, Janeiro-Dezembro, 2021. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202120>

RICHARDSON, Roberto Jarry (etal.). Pesquisa social: métodos e técnicas.- São Paulo: Atlas,1999.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social.- São Paulo: Atlas, 2006.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. Metodologia da pesquisa [recurso eletrônico] - 1.ed - Santa Maria, RS: UFMS, CTE, UAB, 2022. 1 e-book: il. - (Gestão em organização pública em saúde).

SILVA, Ricardo Oliveira da Revolução, história e tempo.- Passo Fundo, RS, UPF: História: Debates e Tendências - v.15, n.1, jan/jun.2015. <https://www.upf.br/ppgh/noticia/revista-historia-debates-e-tendencias>

LIMA, Márcia. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais.- São Paulo: Sesc-CEBRAP, 2016